

## Quem disse ?

«O Orçamento de Estado para 2002 deverá ser sentido e assumido como um Orçamento sério e rigoroso»

**Guilherme d'Oliveira Martins**  
Diário de Notícias  
5 de Setembro



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

**GIL FRANÇA**  
**JOSÉ LEITÃO**  
**JOSÉ PINTO DA SILVA**  
**MARIA LUÍSA ALVES LOPES**  
**MÁRIO SOARES**

## Opinião

### PS indignado pede «espírito de honradez» a Durão Barroso

O PS reagiu ontem com indignação à suspeita lançada, em Valença, por Durão Barroso sobre a alegada «utilização do Estado a favor do PS», pedindo «espírito de honradez» ao líder laranja.

Em declarações à Lusa, José Junqueiro, porta-voz da Comissão Permanente do PS considerou «fundamental» que Durão Barroso não se limitasse a «inventar calúnias» sobre a utilização indevida de meios do Estado por parte do Governo mas que complementasse as suas suspeitas com «exemplos concretos».

A propósito das declarações proferidas durante a manhã por Barroso, que acusou o PS de recorrer a «formas de intimidação e coacção impróprias de uma sociedade livre», José Junqueiro lembrou que foi exactamente por esse motivo que «os portugueses decidiram em 1995 apostar numa nova política com o engenheiro António Guterres e o PS».

A direcção nacional socialista não gostou também de ouvir Durão Barroso utilizar a Política Agrícola Comum (PAC) para demonstrar que o País «está todos os dias a perder para Espanha, porque está a ser mal governado».

José Junqueiro recordou que foram os governos do PSD, que Durão Barroso integrou, quem fez essa negociação manifestando então «menosprezo e desrespeito» pela agricultura e pelo agricultores portugueses.

Por essa razão, explicou, o Executivo socialista viu-se obrigado agora a «renegociar com êxito» a PAC com as autoridades comunitárias por forma a minorar eventuais consequências para a agricultura portuguesa. O porta-voz do PS reiterou ainda um repto lançado recentemente ao líder laranja pela direcção nacional socialista.

Depois de Durão Barroso ter apontado as próximas eleições autárquicas como a «verdadeira moção de censura» ao Executivo socialista, José Junqueiro considerou importante que o líder do PSD esclareça «se se demite ou não da liderança do PSD» se o partido «perder as eleições» de 16 de Dezembro

NO COMÍCIO DA «RENTRÉE» SOCIALISTA, EM VALENÇA DO MINHO, GUTERRES REFERIU QUERER

## ORÇAMENTO APROVADO COM MAIOR CONSENSO POSSÍVEL



O camarada António Guterres, no passado domingo, no comício da «rentrée» socialista, em Valença do Minho, perante largos milhares de militantes e simpatizantes, referiu que quer o Orçamento de Estado para 2002 aprovado com «o maior consenso possível», mas alertou que recusa um Orçamento «desvirtuado» em relação aos princípios da «consciência social e do rigor». Num discurso marcado por uma grande serenidade e confiança no futuro, Guterres demarcou-se ainda do presidente do PSD ao desligar o futuro do seu Governo do resultado das próximas autárquicas, tema em que aproveitou para anunciar uma nova lei sobre urbanismo.

### Governo

#### Recursos hídricos Sustentabilidade ambiental e Alqueva na mira



O Conselho de Ministros, em reunião extraordinária, realizada no dia 3, na barragem do Alqueva, aprovou um conjunto de diplomas relativos ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA). Neste contexto, o Governo deu luz verde ao decreto-lei que cria o Banco de Terras, desenvolvendo o regime previsto na Lei n.º 86/95, de 1 de Setembro – Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário.

### Internacional

#### V Cimeira Frente comum luso-brasileira



Uma frente única de cooperação nos principais foruns económicos internacionais. Foi esta a estratégia avançada, ontem, no âmbito da V Cimeira Luso-Brasileira. O presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e o primeiro-ministro português António Guterres decidiram cooperar a nível económico no seio de entidades como a Organização Mundial do Comércio (OMC).



## O valor da estabilidade política

A festa de «reentrê» política do Partido Socialista em Valença decorreu sob o signo da estabilidade. Quer Guterres, quer os oradores que o antecederam – Jorge Coelho, Jamila Madeira e Rui Solheiro – salientaram a importância da existência de um clima de estabilidade política para a entrada de Portugal no euro já no início do próximo ano.

Neste contexto, Guterres sublinhou mesmo a importância da aprovação do próximo Orçamento de Estado, quer por motivos externos, quer por motivos internos, quer ainda por uma questão de respeito das regras da democracia.

Explicando a difícil situação económica que tem atingido os países mais ricos do mundo, António Guterres invocou a urgência da estabilidade política para que Portugal possa ultrapassar com êxito os próximos desafios económicos. Guterres chegou a comparar uma legislatura ao futebol: «Tal como um jogo tem 90 minutos e um campeonato 34 jornadas, também uma legislatura política deverá ter quatro anos. Foi para isso que o povo votou».

Reeintegrando a sua recusa em eleições antecipadas, António Guterres aproveitou o comício do Alto Minho para reafirmar a abertura do Governo para negociar o Orçamento de Estado para 2002 com a oposição, uma atitude verdadeiramente inédita.

Guterres que irá reunir, ainda este mês, com os partidos da oposição a quem pediu contributos para o próximo Orçamento de Estado, deixou bem claro que não aceitará governar sem OE, ou com um Orçamento «desvirtuado» em relação aos princípios da «consciência social e do rigor».

Falando para uma multidão de cerca de cinco mil pessoas, o secretário-geral do PS desfez quaisquer dúvidas sobre o seu empenho pessoal na condução do Governo até ao final da legislatura, garantindo que as próximas eleições autárquicas nada têm a ver com o futuro do Governo Socialista à frente dos destinos de Portugal.

A este propósito, Guterres apelou à forte mobilização da grande família socialista, ao combate à abstenção nas autárquicas de Dezembro e a reivindicar como mérito dos governos Partido Socialista, desde 1996, o crescimento de 80 por cento da transferência de verbas da Administração Central para as câmaras municipais e de 140 por cento para as juntas de freguesia.



## RECORDAR ANTÓNIO SÉRGIO

A edição de 8 de Setembro de 1983 estava repleta de assuntos de interesse. A manchete era um balanço dos primeiros cem dias do Governo do Bloco Central chefiado pelo camarada Mário Soares.

No canto inferior esquerdo podia ler-se uma notícia com foto da calorosa recepção das gentes da Nazaré ao camarada Mário Soares, que ali presidiu à inauguração do porto de abrigo, uma velha aspiração dos nazarenos.

Destaque ainda nesta edição para um artigo do camarada Raul Rego sobre essa personalidade ímpar que foi António Sérgio, «um dos grandes obreiros do socialismo e do cooperativismo em Portugal».

Figura ímpar da nossa cultura, António Sérgio foi um intelectual perseguido pela ditadura ruralista e obscurantista de Salazar.

O «AS» noticiava ainda que o PS tinha obtido a maioria absoluta nas eleições em Vizela.

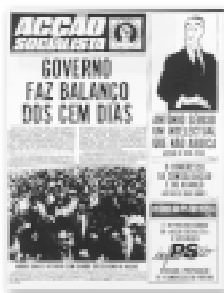
J. C. C. B.

8 de Setembro

Quem disse?

«António Sérgio foi o modelo dos intelectuais dignos»

Raul Rego



Porto

## Sócrates lança programa Polis para a Ribeira

O ministro do Ambiente, José Sócrates, vai deslocar-se ao Porto no final deste mês para lançar o programa Polis destinado à requalificação da Ribeira.

A requalificação da zona típica da Ribeira prevê a construção de um mercado novo, a reconstrução das escadas das Padeiras, o arranjo urbanístico do Cais Praça da Ribeira e do Cais da Estiva e a valorização da Muralha Fernandina.



## Sampaio recebe presidentes da América Latina

Jorge Sampaio vai receber, até ao fim do ano, a visita de três presidentes da América Latina. Chile, Venezuela e Argentina estarão

representados em Portugal nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, respectivamente.

Guterres afirma

## Governo quer dar mais eficácia às Forças Armadas

O primeiro-ministro afirmou no dia 24 que a ideia do Governo de criar um estado-maior da Defesa se insere «num projecto de organização e modernização» de forma a dar «mais eficácia às Forças Armadas».

O ministro da Defesa pretende acabar com os estados-maiores dos três ramos das forças armadas e unificá-los num único estado-maior da Defesa, noticia hoje o jornal Público.

«Aquilo que for por posto em prática será discutido pela Assembleia da República e pelo País», adiantou António Guterres, questionado pelos jornalistas sobre o assunto.

«As posições dos partidos da oposição – PSD, PCP e BE contra e PP a favor – são normais em democracia» e «os contributos dados serão importantes para a

discussão», afirmou o primeiro-ministro.

António Guterres garantiu, no entanto, que «não haverá desemprego» nas Forças Armadas embora os recursos devam ser otimizados.

O primeiro-ministro fez estas declarações na nova Escola Básica Integrada de Campia, Vouzela, estabelecimento de ensino que enquadrou num «novo conceito» de Educação substituindo «aquilo que durante muitos anos eram os investimentos em meras fábricas de aulas».

Guterres visitou duas escolas com instalações novas, antes do início do ano lectivo, seguindo de Campia para Vilar Formoso.

«Um dos momentos mais gratificantes da actividade de primeiro-ministro é o dia que todos os anos dedico a visitar escolas», sublinhou.

Negócios Estrangeiros

## Portugal e Paraguai assinam acordos de cooperação

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, assinou, no dia 3, em Assunção, dois acordos de cooperação entre Portugal e o Paraguai com o seu homólogo paraguaio, José Ruffinelli, segundo fontes oficiais.

Um dos acordos refere-se à luta contra o tráfico de droga e as duas partes comprometem-se «a prestar assistência recíproca para a prevenção e o controlo do abuso de drogas, tráfico de pessoas e estupefacientes e delitos conexos».

O outro prevê consultas entre os governos dos dois países para «promover e incrementar a cooperação em diversas áreas, tendo em vista o fortalecimento das relações bilaterais amistosas» entre Portugal e o Paraguai.

Os acordos foram assinados durante uma

visita de 24 horas de Jaime Gama ao Paraguai, numa cerimónia realizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros paraguaio, em Assunção.

O chefe da diplomacia portuguesa afirmou no seu discurso que Portugal está empenhado em dar um novo impulso à aproximação com o Paraguai, e em geral com os países do MERCOSUR, para acompanhar o crescente número de empresas portuguesas que se estabelecem na região.

Ruffinelli salientou por seu turno a importância da «renovação» dos contactos oficiais com Portugal, e recordou que as relações bilaterais entre os dois países começaram em 1878, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

## GUTERRES QUER ORÇAMENTO APROVADO COM O MAIOR CONSENSO POSSÍVEL

O camarada António Guterres, no passado domingo, no comício da «rentrée» socialista, em Valença do Minho, perante largos milhares de militantes e simpatizantes, referiu que quer o Orçamento de Estado para 2002 aprovado com «o maior consenso possível», mas alertou que recusa um Orçamento «desvirtuado» em relação aos princípios da «consciência social e do rigor».

Num discurso marcado por uma grande serenidade e confiança no futuro, Guterres demarcou-se ainda do presidente do PSD ao desligar o futuro do seu Governo do resultado das próximas autárquicas, tema em que aproveitou para anunciar uma nova lei sobre urbanismo.

**A**o longo da sua intervenção António Guterres falou dos principais temas da actualidade política, de algumas das realizações dos seus governos, do futuro do País e dos problemas e questões que verdadeiramente interessam aos portugueses, numa demarcação inequívoca do discurso catastrofista, miserabilista e ultrademagógico que tem sido a imagem de marca do líder laranja, que tenta, desesperadamente, impor a sua liderança aos barões do seu partido. Na parte inicial da sua intervenção, dedicada às eleições autárquicas e às relações entre o Poder Central e o Local, o secretário-geral do PS anunciou que o Governo, em breve, irá aprovar um pacote legislativo com a finalidade de combater o desordem ao nível urbanístico.



Esse pacote legislativo vai prever, segundo Guterres, «regras mais exigentes nas licenças de classificação e reclassificação dos projectos urbanísticos», tendo como segunda vertente a concessão de incentivos à reconstrução e recuperação de imóveis degradados.

Como terceiro objectivo das leis, o chefe do Governo disse que irá permitir de forma eficaz «combater a especulação imobiliária», evitando a proliferação de novas construções.

Se, na véspera, na «rentrée» do PSD, em Ilhavo, Durão Barroso havia defendido demagogicamente a tese de que as

próximas eleições autárquicas constituirão a «verdadeira moção de censura ao Governo», Guterres afastou qualquer eventual relação entre o resultado do PS neste acto eleitoral e o futuro do seu Executivo.

O camarada António Guterres apelou ao combate à abstenção nas autárquicas de Dezembro e reivindicou como mérito dos governos socialistas, desde 1996, o crescimento de 80 por cento da transferência de verbas da Administração Central para as câmaras municipais e de 140 por cento para as juntas de freguesia. No comício de Valença, o secretário-geral

do PS também aproveitou para criticar de forma indirecta as posições assumidas por Durão Barroso a propósito de Timor-Leste, quando há dois anos defendeu o adiamento do referendo.

O líder socialista recordou que há dois anos, em Caminha, também num comício de «rentrée», sustentou que esse referendo se deveria realizar, porque essa era a única forma que os timorenses tinham para conquistar a independência.

Recordou, mesmo, que nesse comício disse que «os riscos da sua posição eram enormes, mas que assumiria as suas responsabilidades».





«Na altura, afirmei que os portugueses teriam o direito de me julgarem se as minhas decisões não fossem as mais correctas», acrescentou, ainda numa alusão ao discurso que proferiu em Caminha, em 1999.

Dois anos depois, segundo Guterres, os timorenses estão já na fase final do seu processo de independência e, com a recente realização de eleições para a Assembleia Constituinte, «deram um notável exemplo de maturidade», assim como «uma lição à Europa» em termos de participação cívica nesse acto eleitoral.

**Valor da estabilidade política**

No seu discurso, que empolgou os

milhares de militantes e simpatizantes presentes em Valença, o camarada António Guterres colocou também o valor da estabilidade política, onde deu um sinal claro da sua recusa em apresentar uma moção de confiança no Parlamento, tal como tem reclamado o PSD.

No discurso de Valença, neste mesmo contexto, voltou a sublinhar a importância da aprovação do próximo Orçamento de Estado, quer por motivos externos, quer por motivos internos, quer ainda por uma questão de respeito das regras da democracia.

Depois de fazer alusão às dificuldades económicas do Japão, dos Estados Unidos, da França e da Alemanha, após

ter invocado a necessidade de Portugal entrar no euro num clima de estabilidade, o chefe do Governo usou uma linguagem simples, do futebol, para lançar um ataque à oposição à sua direita.

«Não compreendo as forças políticas que, mal lhes cheira uma subida nas sondagens, pedem ao Presidente da República eleições antecipadas. Para eles, a política é como um jogo de futebol, em que o árbitro apita mal a sua equipa mete um golo», disse.

Ainda em linguagem futebolística, o líder do PS comentou que, «tal como um jogo tem 90 minutos e um campeonato 34 jornadas, também uma legislatura política deverá ter quatro anos. Foi para isso que o povo votou», afirmou.

Em relação ao Orçamento de Estado, o primeiro-ministro repetiu que o deseja aprovado com o maior consenso possível, manifestando de novo a sua vontade em dialogar com todas as forças políticas.

«O Governo assumirá as suas responsabilidades. Não faço chantagem e não ataco ninguém», frisou, deixando, no entanto, logo a seguir, uma advertência às oposições.

«Estou interessado em colaborar com todos, mas não estou agarrado ao poder», disse, sublinhando que não aceitará governar sem Orçamento de Estado, ou com um Orçamento «desvirtuado» em relação aos princípios da «consciência social e do rigor».

J.C.C.B.



## JORGE COELHO DISPONÍVEL PARA LUTAR COM GUTERRES POR NOVA LEGISLATURA

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, disponibilizou-se no dia 2 para continuar ao lado de António Guterres na preparação dos combates eleitorais do partido e para «fazer dele novamente primeiro-ministro de Portugal».

Numa intervenção inflamada, em que ironizou com a «alternância» do centro-direita na apresentação de moções de censura e no pedido de moções de confiança ao governo, o número dois do PS aproveitou também para dissipar eventuais dúvidas sobre a sua fidelidade a António Guterres.

«Tenho tido muito orgulho e gostei de ter estado ao lado dele (António Guterres) a organizar todas as campanhas do partido (desde o início da governação socialista, em 1995)», disse.

Mas a intervenção de Jorge Coelho na «rentrée» socialista de Valença, que antecedeu a subida ao palco de António Guterres, centrou-se essencialmente em críticas ao «maior partido da oposição» e à sua tentativa «permanente» de «desestabilizar» o País.

«Tem havido nos últimos dias muita gritaria, muita algazarra. Eles censuram tudo. Mas, meus caros amigos, nem uma só ideia para apresentar, nem um só projecto», considerou, sublinhando que o governo «tem que ter estabilidade política» para levar o seu mandato até 2003.

Ao líder laranja, um dos principais alvos do discurso do dirigente socialista, Jorge Coelho deixou um recado sarcástico: «Tenha confiança em si próprio e nas suas potencialidades, que persistindo e lutando, mais década menos década, vai alcançar



os seus objectivos.»

Jorge Coelho não esqueceu, também, o reptó lançado por Durão Barroso no sábado para que o governo apresente uma moção de confiança à Assembleia da República.

No entender do coordenador da Comissão Permanente socialista, os liberais do PSD apenas avançaram com este desafio ao Governo porque os populares se anteciparam na ameaça de que estariam dispostos a apresentar uma moção de censura do Executivo.

«Para o ano invertem outra vez a ordem», ironizou, aconselhando os líderes laranja e popular a «não se cansarem» e a «terem tranquilidade» porque «só em 2003» é que

os portugueses vão às urnas para dizer se «continuam ou não a ter confiança no Governo».

«Todos estes truques, todos estes golpes só ajudam a criar confusão e a afastar os portugueses» da política, disse Jorge Coelho, que discursava perante largos milhares de militantes e simpatizantes socialistas reunidos no parque da cidade de Valença.

### Jamila e Solheiro elogiam ação do Governo

Antes de Jorge Coelho, apresentado aos simpatizantes do PS como «o nosso JC», falou Jamila Madeira, secretária-geral da

Juventude Socialista, que ajudou a reforçar a ideia expressa depois por Jorge Coelho de que o País «está melhor» do que há seis anos, quando o PS chegou ao poder.

Os temas que dizem respeito à juventude, mas sobretudo a Educação, foram as áreas escolhidas pela líder da JS, que enalteceu a iniciativa do Governo de divulgar os resultados das avaliações no ensino secundário e criticou os socialistas por «tristemente», terem como ideia central em matéria de Educação «aumentar as propinas» no ensino superior. Jamila Madeira desafiou mesmo a Juventude Social-Democrata a «demarcar-se do líder do PSD» e afirmar claramente «se é a favor ou contra do aumento de propinas».

O presidente da Federação distrital de Viana do Castelo, Rui Solheiro, aludiu, por seu turno, à marca da governação socialista no desenvolvimento local, nomeadamente o volume e a diversidade dos investimentos realizados. «Há aqui uma auto-estrada que foi feita por um Governo do PS. Este é um exemplo de solidariedade nacional dado pelo Governo PS. Com um Governo do PSD teríamos que continuar a andar numa estrada sem um mínimo de condições», disse.

À oposição, Rui Solheiro pediu que «critique e proponha alternativas políticas» mas «deixe governar Portugal» e «não queiram cortar» a «caminhada» governativa «a meio». No mesmo sentido, o candidato socialista à Câmara de Valença, José Luís Serra, visou essencialmente a oposição e declarou: «Verifico apenas uma tentativa (por parte da oposição) de mergulhar o país numa crise. Só consigo observar uma tentativa desenfreada de conquista do poder».



**Reunião de 2 de Agosto de 2001**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Plano Oncológico Nacional 2001/2005;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Saúde e cria o cargo de alto-comissário de Saúde;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 311/99, de 10 de Agosto, que cria o Fundo de Compensação Salarial para os profissionais da pesca;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 166/2000, de 5 de Agosto, que cria os órgãos consultivos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e estabelece os critérios de representatividade das organizações que integram esses órgãos;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 186-A/99, de 31 de Maio que aprova o regulamento da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro – Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Um decreto-lei que altera a redacção do artigo 2º dos decretos-lei n.ºs 187/2001 e 188/2001, ambos de 25 de Junho, que regulam os processos de liquidação da EPAC Comercial, Produtos para a Agricultura e Alimentação, SA e da Silopor – Empresa de Silos Portuários, SA;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno a directiva comunitária, aditando um capítulo XI ao Regulamento da Homologação dos Tractores Agrícolas e Florestais de Rodas;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva europeia que altera alguns limites máximos de resíduos de produtos fitofarmacêuticos permitidos no interior e à superfície de cereais, frutos e hortícolas;
- Um decreto que exclui do regime florestal parcial uma área de 15.250 metros quadrados de terreno situado no lugar de Penedo do Costinha (Monte da Senhora da Ajuda), freguesia de Mentrestido, concelho de Vila Nova de Ceveira, integrada no Perímetro Florestal das Serras de Vieira e Monte Crasto;
- Um decreto que regulamentar a carreira de inspecção superior da Inspeção Geral de Jogos;
- Uma resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento da albufeira de Aguireira e constitui a respectiva comissão mista de coordenação;
- Uma resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento da albufeira de Crestuma-Lever e constitui a respectiva comissão mista de coordenação;
- Uma resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento da albufeira da Tapada Grande e constitui a respectiva comissão mista de coordenação;
- Uma resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento da albufeira da Cova do Viriato e constitui a respectiva comissão mista de coordenação;
- Uma resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento da albufeira do Sabugal e constitui a respectiva comissão mista de coordenação;
- Uma resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento da albufeira de Magos e constitui a respectiva comissão mista de coordenação;
- Uma resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento da albufeira do Divór e constitui a respectiva comissão mista de coordenação;
- Uma resolução que autoriza Portugal a participar na V Reconstituição de Recursos do IFAD - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

**Reunião de 9 de Agosto 2001**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Manifestar o seu profundo pesar pela morte do grande escritor Jorge Amado. A morte de Jorge Amado constitui uma enorme perda quer para as literaturas de língua portuguesa quer para a literatura universal. Jorge Amado, galardoado com o Prémio Camões, é autor de uma obra vasta e notável, que ensinou e ensinará gerações sucessivas a amar a literatura e a defender a liberdade e a justiça social.
- Decretos regulamentares que aprovam, respectivamente, os Planos das Bacias Hidrográficas do Douro, do Guadiana, do Minho e do Tejo;
- Um decreto-lei que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a protecção dos animais de companhia, e um regime especial para a detenção de animais potencialmente perigosos;
- Um decreto que aprova as emendas introduzidas pelo protocolo de 1992 relativo à Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos devidos à Poluição por Hidrocarbonetos, de 1969, passando a constituir a Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos devidos à Poluição por Hidrocarbonetos, 1992 (CLC 92), assinado em Londres, em 27 de Novembro de 1992;
- Um decreto que aprova as alterações introduzidas pelo protocolo de 1992 à Convenção Internacional para a Constituição de um Fundo Internacional Para a Compensação pelos Prejuízos devidos à Poluição por Hidrocarbonetos, de 1971, passando a constituir a Convenção Internacional para a Constituição de um Fundo Internacional Para a Compensação pelos Prejuízos devidos à Poluição por Hidrocarbonetos, 1992, assinado em Londres, em 27 de Novembro de 1992;
- Um decreto que aprova as alterações à convenção que criou a Organização Marítima Internacional (IMO), assinadas em 4 de Novembro de 1993, em Londres;
- Um decreto-lei que autoriza o Instituto Portuário do Sul (IPS) a celebrar, na sequência de concurso público, o contrato de concessão de construção, apetrechamento e exploração, em regime de serviço público, do Estaleiro Naval de destinado à construção e reparação de embarcações;

- Uma resolução que aprova a instituição e a composição da Delegação Portuguesa à Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC), assinado em Albufeira em 30 de Novembro de 1998;
- Um decreto-lei que, no âmbito da regulamentação da Lei de Bases da Solidariedade e Segurança Social, determina as atribuições, competências e composição do Conselho Nacional de Solidariedade e Segurança Social e cria a respectiva Comissão Executiva;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA, a cunhar uma moeda comemorativa alusiva à «Organização do Europeu de Futebol 2004», com o valor facial de 1000\$00 (mil escudos);
- Um decreto-lei que altera o Regulamento de Exploração de Redes Públicas de Telecomunicações, aprovado pelo decreto-lei n.º 290-A/99, de 30 de Julho;
- Um decreto-lei que sujeita a Secretaria-Geral do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, pelo período de seis meses, ao regime de instalação definido no decreto-lei n.º 215/97, de 18 de Agosto;
- Um decreto regulamentar que aplica à Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça o decreto-lei que estabelece o enquadramento e define a estrutura das carreiras de inspecção da Administração Pública;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor de Ampliação da Zona Industrial de Castelo Branco, no município de Castelo Branco;
- Uma resolução que determina as medidas de criação do Portal do Governo e define os respectivos objectivos e regras de manutenção e actualização;
- Um diploma que altera os anexos I, II, III e IV do decreto-lei n.º 104/2000, de 3 de Junho, adaptando ao progresso técnico os métodos aí definidos, transpondo para o direito interno a directiva da Comissão n.º 2000/71/CE, de 7 de Novembro;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro e transpõe para a ordem jurídica interna as directivas comunitárias, de 8 de Maio, que reconhece zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos e a relativa às medidas de protecção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais na Comunidade;
- Um decreto que aprova o protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique para a instalação de Centros Logísticos Agro-Alimentares – mercados abastecedores em Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de Novembro de 2000;
- Um decreto que aprova o convénio de cooperação educativa entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra, assinado em Andorra-a-Velha em 15 de Novembro de 2000;
- Um decreto que aprova o acordo especial de cooperação no domínio das pescas entre a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, assinado em Lisboa, em 25 de Outubro, de 2000;
- Uma resolução que cria a Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e designa o presidente daquela Autoridade Nacional o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Alberto Maria Gonçalves Vieira Borges;
- Uma resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre a República Portuguesa e a Ucrânia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o capital, assinada em Lisboa, em 9 de Fevereiro de 2000.

**Reunião de 16 de Agosto 2001**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Marcar as eleições autárquicas para o dia 16 de Dezembro. Assim, e nos termos legais, as listas de candidatura aos órgãos autárquicos deverão ser entregues até 22 de Outubro, iniciando-se a campanha eleitoral a 4 de Dezembro;
- Um decreto-lei que regula o seguro de investimento directo português no estrangeiro;
- Um diploma que altera o anexo ao decreto-lei que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis-Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades;
- Um diploma que prorroga pelo prazo de um ano o disposto no n.º 1 do artigo 2º do decreto-lei n.º 337/99, de 24 de Agosto, que institui o regime geral da concessão da rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo;
- Um decreto-lei que reestrutura o Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho (CNHST), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/82, de 16 de Novembro, revendo as suas atribuições, composição e estrutura, tendo em vista a sua reactivação;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 191/98, de 10 de Julho, que estabelece o regime jurídico aplicável aos meios de salvagem de embarcações nacionais;
- Um decreto que exclui do Regime Florestal Parcial uma área de 29.382 metros quadrados de terreno situado no concelho de Barrancos, integrada no Perímetro Florestal de Barrancos e que se destina à construção de instalações desportivas, casas de habitação e parque de feiras de exposição;
- Uma resolução que ratifica a suspensão, por 24 meses, do Plano Director Municipal de Mirandela na área destinada à implantação de uma estação de tratamento de água, na confluência dos rios Rabaçal e Tuêla;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor de Reconversão da Área Urbana de Génese Ilegal de Leiras do Monteiro, na freguesia de Ribas, Concelho de Celorico de Basto;
- Uma resolução que aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Almeirim, revoga a resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2000, de 17 de Julho.

## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ALQUEVA NA MIRA

O Conselho de Ministros, em reunião extraordinária, realizada no dia 3, na barragem do Alqueva, aprovou um conjunto de diplomas relativos ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA).

Neste contexto, o Governo deu luz verde ao decreto-lei que cria o Banco de Terras, desenvolvendo o regime previsto na Lei n.º 86/95, de 1 de Setembro – Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário.

Este diploma procede à criação de um Banco de Terras, que integra, desde já, todo o património fundiário do Estado, constituído no âmbito da reforma agrária, bem como outros prédios rústicos e mistos afectos ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, com o objectivo de o mesmo ser arrendado a agricultores, com preferência para jovens empresários agrícolas, e posteriormente vendidos por concurso público, estipulando-se a preferência dada aos actuais rendeiros, após um período de comprovada boa gestão, e a jovens agricultores.

Institui-se o direito de preferência a favor do Estado relativamente aos prédios abrangidos por investimentos públicos e cria-se um Fundo de Mobilização de Terras, constituído pelas receitas obtidas na venda e arrendamento do património fundiário do Estado, destinado a custear as despesas com o exercício do direito de preferência pelo Estado.

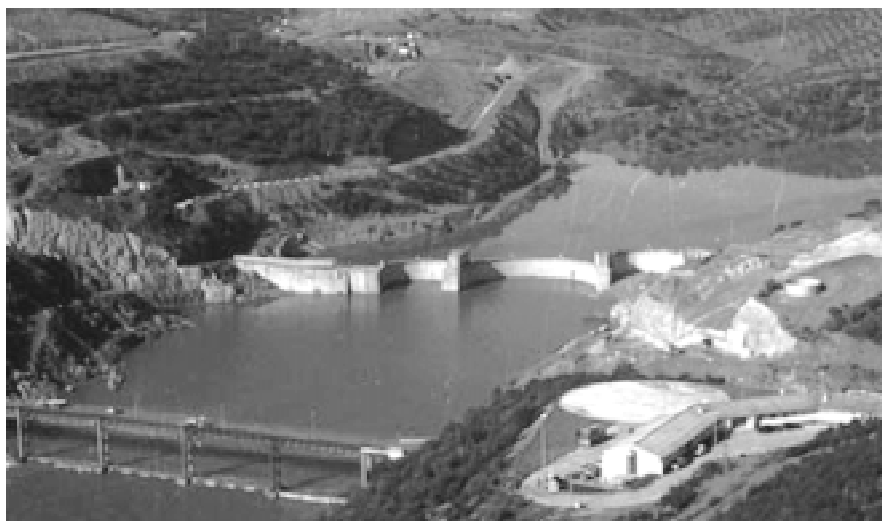
Também na reunião da passada segunda-feira, os ministros decidiram actualizar o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, aprovado no Verão de 1982.

Este diploma visa garantir a utilização das obras para os fins para que foram construídas, respeitar a integridade dos perímetros hidroagrícolas e instituir um modelo de gestão moderno e adequado, em que a exploração e a conservação das obras passam a ser regulamentadas através de contrato de concessão.

O novo modelo, que abre a possibilidade de as obras poderem ser geridas, não só pelas Associações de Beneficiários, mas por outras entidades (autarquias e outras instituições públicas ou privadas), é dotado de uma estrutura de taxas que permitirá às entidades gestoras garantir a conservação das obras e a sua exploração de acordo com as actuais tendências e orientações da gestão dos recursos hídricos.

### Definido tarifário para abastecimento de água

O Executivo socialista definiu, ainda no dia 3, os montantes para o tarifário a vigorar no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, relativamente ao abastecimento de água para uso agrícola. Em concreto, são fixados os seguintes



montantes, a preços médios do ano de 2001, aplicáveis ao abastecimento de água para uso agrícola à saída da Rede Secundária de Rega, isto é, à entrada das explorações agrícolas integrantes dos perímetros de rega definidos no âmbito do mesmo Empreendimento.

Assim, durante o ano 2002, por cada metro cúbico de água haverá uma contrapartida no valor de 11 escudos. A partir de 2008 e seguintes anos o valor por metro cúbico de água aumenta para 16,5 escudos.

Tendo em consideração o interesse nacional reconhecido ao projecto do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, conjugado com o imperativo de fomento e desenvolvimento do regadio agrícola em toda a sua área de influência, a presente resolução justifica-se, na opinião dos governantes, dada a necessidade de, para um horizonte de médio prazo, definir montantes para o tarifário aplicável ao abastecimento de água para fins agrícolas, pois essa clarificação constitui um factor imprescindível na formulação das expectativas dos empresários agricultores e na fundamentação das suas decisões de investimento no contexto do EFMA.

### Redefinidas intervenções

O Governo liderado pelo camarada António Guterres decidiu ainda introduzir disposições relativas ao regime económico e financeiro do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, alterando o decreto-lei de 1995, que cria a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do

Alqueva, SA, e o decreto-lei do mesmo ano, que adopta medidas preventivas relativamente a áreas compreendidas na zona de intervenção de Empreendimentos de Fins Múltiplos do Alqueva.

O diploma aprovado no Conselho de Ministros extraordinário redefine o âmbito de intervenção da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA), cometendo-lhe responsabilidades concretas nos domínios da concepção, execução, construção, gestão e exploração das infra-estruturas integrantes do Sistema Primário – entendendo-se este como o conjunto tecnologicamente integrado de infra-estruturas que asseguram como móbil principal da EDIA o desenvolvimento da actividade de captação, adução e distribuição de água «em alta».

Prevê-se também que a actividade da EDIA na execução dos investimentos associados ao EFMA não se esgote estritamente no desenvolvimento das infra-estruturas do Sistema Primário, contemplando-se a possibilidade de a empresa assegurar encomendas de obra feitas pelo Estado relativas à concepção, execução e construção das redes secundárias de rega, cuja propriedade será do Estado.

Estabeleceram-se igualmente os princípios que subsidiarão a definição de uma política tarifária para o Sistema Primário do EFMA – componente fundamental do custo da água na óptica do respectivo utilizador final –, clarificando assim um dos aspectos fundamentais em que assenta a dimensão social de todo o projecto e a respectiva

sustentabilidade económica a longo prazo. Foram eleitos critérios fundamentais na definição do tarifário a promoção de uma política racional de utilização da água que garanta a sustentabilidade do ambiente, o reconhecimento da natureza de fins múltiplos do EFMA e a dinamização do regadio na respectiva área de influência, os quais são complementados por critérios económicos objectivos e precisos.

A aprovação do tarifário é cometida ao Conselho de Ministros, definindo-se o princípio fundamental da fixação de uma tarifa única e uniforme «em alta» para o preço da água destinada a usos agrícolas, o qual vigorará em toda a área de intervenção do Sistema Primário, mais se estabelecendo ainda que, e tendo em vista o fomento da adesão dos agricultores ao regadio, nos seis primeiros anos subsequentes ao arranque da exploração de cada perímetro de rega do EFMA, o Conselho aproveve um quadro tarifário mais favorável, o qual será progressiva, automática e linearmente ajustado, durante esse período de tempo, ao regime geral.

Por fim, dado o imperativo de institucionalizar um mecanismo ágil de regulação pública da actividade de fornecimento de água «em alta», o diploma estabelece ainda as bases gerais em que deverá assentar a celebração de contratos de fornecimento de água entre a EDIA e respectivos consumidores, cuja aprovação fica sujeita a homologação pelos ministros do Planeamento e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

## CONSELHO DE MINISTROS Reuniões em Agosto e Setembro

**Reunião de 23 de Agosto 2001**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um diploma que dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 31.º do decreto-lei que altera o regime jurídico das prestações familiares;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Baixo Cávado e Ave, para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Barcelos, Esposende, Maia, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Vila Nova de Famalicão;
- Um decreto-lei que estabelece o novo regime das sociedades corretoras e das sociedades financeiras de corretagem;
- Uma resolução que delega no ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território a competência para proceder à adjudicação, autorizar a realização da despesa e aprovar a minuta do contrato, no âmbito do concurso público internacional para a empreitada de construção da barragem de Ribeirão e acessos;
- Uma resolução que delega no ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território a competência para proceder à adjudicação, autorizar a realização da despesa e aprovar a minuta do contrato, no âmbito do concurso público internacional para a empreitada de construção da barragem de Odelouca;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre a República Portuguesa e a República de Malta para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa, em 26 de Janeiro de 2001;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Dinamarca para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinado em Lisboa, em 14 de Dezembro de 2000;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Moscovo, em 29 de Maio de 2000;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o Acordo de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Ucrânia, assinados em Lisboa em 25 de Outubro de 2000;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o convénio constitutivo da Cooperação Interamericana de Investimentos;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República do Paraguai sobre a promoção e a protecção recíprocas de investimentos, e respectivo protocolo, assinados em Lisboa, em 25 de Novembro de 1999;
- Um decreto que aprova o Acordo Geral de Segurança sobre Protecção de Matérias Classificadas entre a República Portuguesa e o Reino da Suécia, assinado em Lisboa em 9 de Abril de 2001;
- Um decreto que fixa a data da realização das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais;
- Uma resolução que nomeia António Guilhermino Rodrigues para vogal do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, EP;
- Uma resolução que exonera o gestor do Eixo Prioritário do Fundo Social Europeu (FSE) do Programa Operacional de Assistência Técnica ao QCA III, Francisco Ventura Ramos, e procede à nomeação de António Luís Alves Landeira como gestor do Eixo Prioritário do Fundo Social Europeu (FSE) do Programa Operacional de Assistência Técnica ao QCA III;
- Um a resolução que exonera, a seu pedido, do cargo de coordenadora da intervenção sectorial desconcentrada do emprego, formação e desenvolvimento social incluída na Intervenção Operacional Regional do Algarve, Elisabete dos Santos Azevedo e procede à nomeação de Cristina Isabel Rodrigues Guerreiro Santos para o mesmo cargo.

**Reunião de 30 de Agosto 2001**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Congratular-se com o grande civismo e elevado grau de participação verificados nas eleições para a Assembleia Constituinte de Timor-Leste que ficarão, deste modo, como um marco decisivo no longo caminho percorrido pelo povo timorense

para alcançar a sua plena independência e a construção de um Estado Democrático. O Conselho de Ministros saudou ainda todos os portugueses que se encontram no desempenho de missões naquele território e que têm contribuído com a sua acção para a consolidação do processo de transição para a independência de Timor-Leste.

- Um decreto-lei que ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 82/2001, de 3 de Agosto opera a transferência de competência decisória em determinados processos de jurisdição voluntária dos tribunais judiciais para o Ministério Público e as Conservatórias de Registo Civil;
- Um decreto-lei que, ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 82/2001, de 3 de Agosto, altera os Códigos de Registo Civil, Registo Predial, Registo Comercial e do Notariado, simplificando os processos de registo de determinados actos, bem como a respectiva rectificação e os processos de sanção e revalidação de actos notariais;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar um novo Código da Propriedade Industrial;
- Um decreto-lei que cria uma linha de crédito destinada a suportar a bonificação de juros de 3 pontos percentuais a favor dos clubes promotores do Euro-2004, no caso de recurso ao crédito para a construção dos novos estádios;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD);
- Um decreto-lei que aprova o regime de exercício de funções e o estatuto do pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- Um decreto-lei que altera a área de jurisdição da APA – Administração do Porto de Aveiro, SA, e transfere competências no domínio público hídrico para o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor do Centro da Vila de Estarreja, no município de Estarreja;
- Uma resolução que ratifica a alteração do Plano de Pormenor da Póvoa de Baixo, no município de Estarreja;
- Uma resolução que autoriza a realização de despesa para pagamento de indemnização à sociedade comercial Eurominas Electro-Metalúrgica, SA, em virtude da reversão para o domínio público marítimo de terrenos adquiridos por esta sociedade, reversão essa determinada pelo decreto n.º 14/95, de 22 de Maio.

**Reunião de 3 de Setembro de 2001**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que cria o Banco de Terras, desenvolvendo o regime previsto na Lei n.º 86/95, de 1 de Setembro – Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário; Este diploma procede à criação de um Banco de Terras, que integra, desde
- Um decreto-lei que actualiza o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, aprovado pelo decreto-lei n.º 269/82, de 10 de Julho;
- Uma resolução que define montantes para o tarifário a vigorar no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, relativamente ao abastecimento de água para uso agrícola;
- Um decreto-lei que introduz disposições relativas ao regime económico e financeiro do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, altera o decreto-lei que cria a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA e o decreto-lei que adopta medidas preventivas relativamente a áreas compreendidas na zona de intervenção de Empreendimentos de Fins Múltiplos do Alqueva;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova a lei orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e o decreto-lei n.º 136/97, de 31 de Maio, que aprova a lei orgânica do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente;
- Um diploma que altera o decreto-lei que revaloriza a carreira de guarda florestal da Direcção-Geral das Florestas;
- Um decreto-lei que prorroga até 31 de Dezembro de 2002 o período de instalação do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;
- Uma resolução que ratifica a suspensão parcial, do Plano Director Municipal de Lousada na área destinada à implantação do Aterro de Resíduos Industriais Banais e Parque Ambiental, pelo prazo de dois anos, e o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área, pelo mesmo prazo;
- Uma resolução que nomeia, em regime de substituição, o gestor da Intervenção Operacional de Saúde do QCA III – Programa Saúde XXI e o coordenador da componente Reforço das Parcerias da mesma intervenção operacional.



## BONIFICAÇÃO DE JUROS PARA PROMOTORES DO EURO-2004

O Executivo socialista vai criar uma linha de crédito destinada a suportar a bonificação de juros de 3 pontos percentuais a favor dos clubes promotores do Euro-2004, no caso de recurso ao crédito para a construção dos novos estádios.

A decisão foi tomada no passado dia 3 de Agosto, em reunião de Conselho de Ministros, que decorreu em Lisboa.

O âmbito de aplicação deste diploma restringe-se aos quatro promotores privados envolvidos no Euro-2004: Boavista Futebol Clube, Futebol Clube do Porto, Sporting Clube de Portugal e Sport Lisboa e Benfica. Procura-se assim, introduzir justiça nas condições de acesso ao crédito pelos clubes promotores privados, criando-se um sistema idêntico ao já utilizado pelos promotores públicos do Euro-2004 que já beneficiam do processo previsto no decreto-lei n.º 144/2000.

A construção dos estádios necessários à realização dos jogos da fase final do Europeu de Futebol de 2004 não pode ser dissociada da necessidade de recurso ao crédito pelos



clubes promotores e do respeito dos prazos estabelecidos, por forma a garantir o cumprimento do calendário fixado para a realização do torneio.

Assim, tomou-se como referência os valores referidos nos contratos programa celebrados entre o Governo, a Sociedade Euro-2004, SA e os clubes pro-motores e consi-derou-se

as necessidades de financiamento dos clubes para a construção dos estádios necessários para a realização dos jogos do torneio, de acordo com o cronograma financeiro apresentado na altura da candidatura à UEFA.

Os valores contratualizados, em milhões de contos, com os clubes são os seguintes: BFC-6.00; SCP-13.52; FCP-13.52; e SLB-4.2.

Está prevista a celebração de um novo contrato de construção que abranja o novo estádio do SLB com um valor de referência de 16.9, dado que o presente contrato-programa em vigor tem por objecto a remodelação do actual estádio.

O Governo entendeu que seria necessário exigir aos clubes um autofinanciamento mínimo de 37.5 por cento, beneficiando-se os juros dos restantes 37.5 por cento, de acordo com os valores referenciados naqueles contratos-programa.

Em qualquer caso, os montantes pedidos pelos clubes à banca serão superiores aos que agora se pretendem bonificar.

A bonificação prevista pode ir até 3 pontos percentuais, não podendo, no entanto, a taxa de juro a suportar pelos beneficiários ser inferior a 1 ponto percentual.

Prevê-se, ainda, que o pagamento da bonificação esteja relacionado com o grau de execução do projecto.

Para este efeito, deverá a Sociedade de Acompanhamento e Fiscalização do Programa de Construção dos Estádios e outras Infra-estruturas para a fase final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004 SA, informar a DGT.

Por fim, exige-se o cumprimento das obrigações tributárias para se poder beneficiar do presente sistema.

## EXECUTIVO ACELERA DESONERAÇÃO DOS TRIBUNAIS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 30, um decreto-lei que ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 82/2001, de 3 de Agosto opera a transferência de competência decisória em determinados processos de jurisdição voluntária dos tribunais judiciais para o Ministério Público e as Conservatórias de Registo Civil.

Ao abrigo de autorização legislativa concedida pela Assembleia da República e tendo em vista a concretização da estratégia de desoneração dos tribunais de processos não correspondentes à respectiva reserva natural de intervenção, este diploma vem operar a transferência da competência em determinados processos que por natureza não correspondem a verdadeiras situações de litígio, dos tribunais judiciais para o Ministério Público e as conservatórias de registo civil.

Nestes termos, o Ministério Público passa a decidir sobre o suprimento do consentimento dos representantes dos incapazes e ausentes, de autorização para a prática de actos pelos mesmos representantes, e ainda sobre a confirmação de actos em caso de inexistência de autorização.

As conservatórias de registo civil passam a ter competência em matérias respeitantes

a relações familiares, nomeadamente a atribuição de alimentos a filhos menores e da casa morada da família, a privação e autorização de apelidos de actual ou anterior cônjuge, a conversão da separação em divórcio, a reconciliação de cônjuges separados e a separação e divórcio por mútuo consentimento, mesmo quando respeitante a casais com filhos menores, cujos interesses são objecto de regulação com base na participação activa do Ministério Público.

O conjunto destes processos em tribunal foi de 14.161 em 1999 e de 15.792 em 2000.

### Simplificar registos

O Governo decidiu, ainda ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 82/2001, de 3 de Agosto, alterar os Códigos de Registo Civil, Registo Predial, Registo Comercial e do Notariado, simplificando os processos de registo de determinados actos, bem como a respectiva rectificação e os processos de sanção e revalidação de actos notariais. Este diploma opera a transferência de competências em processos de carácter eminentemente registral e notarial dos tribunais judiciais para os próprios conservadores de registo e notários,

inserindo-se numa estratégia de desjudicialização de matérias que não consubstanciam verdadeiro litígio e de desburocratização da actividade dos registos e notariado.

Passa assim a ser objecto de decisão por parte do conservador o processo de justificação judicial, aplicável à maioria das situações de suprimento de omissão de registo não oportunamente lavrado, aos casos de declaração de nulidade ou inexistência de registo para efeitos do respectivo cancelamento, e aos casos do óbito não comprovado por certificado médico ou auto de verificação.

Mantém-se contudo, nos tribunais, o processo de justificação quando esteja em causa a rectificação de registo irregular em virtude da existência de dúvidas quanto à identidade da pessoa.

Dispensa-se a obrigatoriedade de autorização judicial para registo de óbitos ocorridos há mais de um ano, passando o facto a ser comunicado às entidades competentes para a investigação das causas, na sequência do que é efectuado o registo.

É também eliminada a necessidade de processo para afastamento da presunção de paternidade para o registo desta, nos casos em que a mãe declare que o respectivo marido não é o pai, sendo

admitida a imediata perfilhação por terceiro, e salvaguardando-se a posição daquele, o qual é notificado para impugnar a paternidade constante do registo ou efectuar perfilhação.

No âmbito do registo predial e comercial, o processo de justificação, anteriormente efectuado notarial, judicialmente ou pelo conservador, passa a ser, em regra, decidido pelo próprio conservador, mantendo-se paralelamente o processo de justificação notarial, o previsto na lei do emparcelamento e o processo de justificação administrativa para inscrição de direitos sobre imóveis a favor do Estado. O processo para rectificação do registo inexacto ou indevidamente lavrado em sede predial e comercial passa também a ser efectuado pelo conservador competente, mesmo quando estejam em causa direitos de terceiros e não exista acordo.

Altera-se ainda o Código do Notariado no sentido de atribuir competências ao notário para sanar a nulidade do acto por falta de assinatura do mesmo, dispensa-se a obrigatoriedade de resolução do Conselho Técnico da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado em situações análogas, e possibilita-se a revalidação de actos nulos, nos casos em que a nulidade não é sanável, em sede notarial.

SUÉCIA

Cimeira

## REFORMADORES VÃO DISCUTIR DEMOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO

Chefes de Estado e de Governo de 15 países vão reunir-se entre 14 e 15 de Setembro nos arredores de Estocolmo numa «cimeira dos reformadores» que terá como principais temas a democracia, as questões demográficas e o desenvolvimento.

O primeiro-ministro português, António Guterres, encontra-se entre os convidados para participar nesta cimeira, a par dos seus homólogos britânico, Tony Blair, francês, Lionel Jospin, e canadiano, Jean Chrétien, assim como do chanceler alemão, Gerhard Schroeder.

O local da cimeira, inicialmente prevista para Estocolmo, foi alterado para os arredores da capital sueca por razões de segurança, soube-se junto de fonte oficial. O Governo anfitrião considerou que o subúrbio residencial de Saltsjbaden será um melhor local que Estocolmo para a realização da cimeira, indicou um porta-voz do primeiro-ministro sueco Goeran Persson.

«Não há qualquer relação directa com os acontecimentos da última cimeira da União Europeia (UE) de Junho passado em Gotemburgo, mas colocaram-se problemas de segurança nas cidades onde este tipo de cimeira foram organizadas», declarou Goesta Grassman, porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros

sueco.

A cidade portuária de Gotemburgo foi palco de violentos confrontos entre manifestantes antiglobalização e a polícia durante a última cimeira da presidência sueca da UE. Três manifestantes foram feridos pelos disparos da polícia sueca.

A cimeira é organizada pela International Network for Progressive Governance (Rede Internacional para uma Governação Progressista), criada em 1997 e que agrupa os chefes de Estado e de governo de 15 países dos cinco continentes, entre eles os presidentes brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, e sul-africano Thabo Mbeki.

Desde a sua criação, a rede já realizou, por exemplo, reuniões em Berlim e em Nova Iorque.

O ex-Presidente norte-americano Bill Clinton, que integrava este grupo, declarou que deseja continuar envolvido nas suas actividades mesmo que não participe na reunião.

O seu sucessor, o actual Presidente norte-americano, George W. Bush, não foi convidado para a cimeira deste ano.

«Os Estados Unidos não foram convidados», declarou Anna-Karin Johansson, porta-voz do primeiro-ministro sueco, justificando esta decisão com divergências nos valores que a «cimeira dos reformadores» quer promover.

BRUXELAS

PE

## EURODEPUTADOS FAZEM BALANÇO DA SITUAÇÃO DE CANDIDATOS À ADESAO

A avaliação dos progressos realizados pelos 12 países candidatos à adesão à UE irá dominar uma parte importante da primeira sessão plenária do Parlamento Europeu depois das férias do Verão, de segunda a quinta-feira em Estrasburgo (França).

Os membros do Parlamento Europeu fizeram na terça-feira o balanço dos progressos realizados pelos candidatos na adaptação da sua legislação nacional à comunitária, isto é, ao conjunto de princípios, políticas, medidas, objectivos e obrigações que vigoram na União Europeia.

Nos relatórios a discutir serão abordados temas comuns a todos os candidatos, como a importância dos direitos das minorias ou a luta contra a corrupção. A UE está a negociar o seu alargamento a mais 10 países da Europa Central Oriental e às ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta.

A assembleia de Estrasburgo abordou na

quarta-feira os riscos para a segurança europeia associados ao sistema norte-americano de intercepção de comunicações denominado «Echelon».

A comissão parlamentar temporária criada para seguir esta matéria irá dar conta dos trabalhos desenvolvidos desde há um ano. A situação parece menos grave do que se pensava inicialmente, mas, segundo o relatório que será apresentado, os riscos são reais devendo ser tomadas medidas de precaução como uma maior colaboração entre os serviços competentes de informação dos Estados-membros da UE.

Finalmente, hoje, quinta-feira, o plenário debaterá os aspectos relacionados com o acesso do público às instituições comunitárias.

Nos quatro relatórios em discussão, são abordadas questões como o papel do Provedor de Justiça Europeu, a transparência das instituições e o código de conduta dos funcionários europeus.

LISBOA

Euro

## DISTRIBUIÇÃO DA MOEDA EUROPEIA COMEÇOU NOS DOZE



A distribuição aos bancos, correios e a alguns retalhistas de notas e moedas de euros começou no dia 1 na Zona Euro, debaixo de grande segurança e com alguma discrição.

A distribuição de moedas de euros em território português começou igualmente no dia 1, embora a das notas só esteja prevista para o início de Outubro.

Em Portugal, os euros são distribuídos pelo Exército, debaixo do comando do Banco de Portugal e com o apoio da polícia e de duas empresas privadas de segurança: a Securitas e a Prosegur.

A polícia, o exército e a infantaria são os

meios disponibilizados para garantirem o transporte seguro dos euros na França. Por dia, 32 mil toneladas de moedas (quatro vezes o peso da Torre Eiffel) são encaminhadas para os seus destinos nas diferentes regiões francesas.

Na Itália, começaram hoje a ser distribuídas 40 mil toneladas de moedas em euros, a que correspondem 7.240 milhões de moedas. A distribuição das novas notas está agendada para 15 de Novembro.

No total, estima-se que estejam nas estradas, este sábado, 15 mil milhões de notas e 50 mil milhões de moedas de euros em toda a Zona Euro.

CONVENÇÃO

Portugal e Austrália

## ACORDO DE SEGURANÇA SOCIAL

Portugal e Austrália assinaram, no dia 3, em Lisboa, uma Convenção de Segurança Social que visa garantir a protecção social contínua e adequada aos cidadãos dos dois países, promovendo a sua integração nas sociedades de acolhimento.

O acordo, celebrado pelos secretários de Estado da Segurança Social, Simões de Almeida, das Comunidades Portuguesas, João Rui de Almeida, e pela embaixadora da Austrália, Janet Gardiner, entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2002 e visa substituir a anterior convenção bilateral assinada a 30 de Abril de 1991.

João Rui de Almeida, que falava durante a cerimónia, salientou a importância do acordo, o qual «traduz uma actualização em função das novas realidades, permitindo que os cidadãos dos dois países tenham uma segurança social garantida e mais segura».

Durante a sua intervenção, o secretário de Estado da Segurança Social explicou que

a convenção assinada garante o princípio do exercício do direito fundamental à Segurança Social quer aos portugueses residentes na Austrália quer aos australianos residentes em Portugal.

A convenção consagra os princípios clássicos da coordenação internacional de legislações de Segurança Social, designadamente os da igualdade de tratamento, da determinação da legislação aplicável e da manutenção dos direitos adquiridos e em curso de formação.

Estabelece também uma maior coordenação de legislações relativas aos ramos de invalidez, velhice e sobrevivência, prevendo a totalização dos respectivos períodos de qualificação (contributivos e de residência), bem como o pagamento extraterritorial de prestações.

Nos capítulos das prestações por doença e de desemprego, a convenção prevê a totalização, na medida do necessário, para efeitos de aquisição do direito.

## FRENTE COMUM LUSO-BRASILEIRA

**Uma frente única de cooperação nos principais foruns económicos internacionais. Foi esta a estratégia avançada, ontem, no âmbito da V Cimeira Luso-Brasileira.**

**O presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e o primeiro-ministro português António Guterres decidiram cooperar a nível económico no seio de entidades como a Organização Mundial do Comércio (OMC).**

**E**m conferência de Imprensa, no dia 5, em Brasília, o chefe de Estado brasileiro disse que a cooperação luso-brasileira já se fará sentir na próxima ronda da OMC, no Quatar, em Outubro

Fernando Henrique Cardoso falava no final de uma cimeira marcada pela assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil – um documento que visa resolver questões que geraram controvérsia entre as autoridades dos dois países ao longo dos últimos anos. «Estaremos a trabalhar activamente», referiu Cardoso antes de elogiar o chefe do Executivo português.

«Guterres é um dos principais líderes mundiais. Tivessem outros países um primeiro-ministro destes e já teríamos um mundo mais justo e equitativo», afirmou Cardoso.

António Guterres declarou depois que a frente única entre Portugal e o Brasil ao nível da política externa se traduzirá em consultas permanentes do ponto de vista técnico.

Segundo o governante português, o objectivo de Portugal e do Brasil para uma nova arquitectura nas relações internacionais basear-se-á em duas orientações – regulamentação do comércio mundial e aceleração das negociações entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. Guterres garantiu que, pela parte portuguesa, dentro da UE haverá um esforço para se removerem os obstáculos às relações com o Mercosul, residindo o principal diferendo nos subsídios à exportação de produtos agrícolas por parte dos Quinze.

«A Europa tem de perceber que o êxito das negociações com o Mercosul é vital para a sua influência à escala mundial», sustentou. O primeiro-ministro advertiu que «se as negociações falharem o mundo ficará condenado a uma lógica desestruturada e sujeito a uma potência hegemónica». Recorde-se que a V Cimeira Luso-Brasileira, iniciada na passada terça-feira, dia 4, em Brasília, pautou-se pela aposta do Governo português em encerrar definitivamente um conjunto de pequenos diferendos e na consolidação das relações económicas entre os dois países.

### Excelentes relações

A Cimeira Luso- Brasileira de Brasília



reflecte a nova configuração das relações bilaterais e o processo de convergência, nos mais diversos planos, que se tem desenvolvido entre os dois países nos últimos anos.

O relacionamento entre os dois países, apesar de divergências pontuais, tem sido marcado pela cordialidade, por uma nova visão mútua e pelo estreitar de laços económicos, culturais e políticos.

A ideia brasileira de um Portugal vestido de xales negros e melancólico começa a dar lugar ao conhecimento de um país moderno, democrático e virado para o progresso.

Um conhecimento que não se limita à classe política que, com maior ou menor assiduidade sempre visitou Portugal, mas também aos turistas brasileiros que elegeram Portugal como segundo destino entre os países europeus, depois da França.

Para a mudança na forma como os brasileiros vêem Portugal contribuíram decisivamente os grandes investimentos realizados no Brasil por grupos económicos portugueses, um maior fluxo no intercâmbio cultural, ainda que continue tímido, e uma nova estratégia diplomática, que procura ir além da tradicional fraternidade, cultivada durante muitos anos por ambos os lados e frequentemente esvaziada de conteúdo.

Portugal ocupa hoje uma posição de destaque entre os grandes investidores no

Brasil, com um montante superior a oito mil milhões de dólares, de acordo com estimativas oficiais.

Na opinião de analistas económicos, depois dos grandes grupos, parece ter chegado agora a vez das pequenas e médias empresas. Apesar das «piadinhas» que os brasileiros continuam a contar dos portugueses, num reflexo quase freudiano de relações entre «filho e pai», o papel dos portugueses no Brasil é geralmente reconhecido e apreciado.

No entanto, isso não significa que tudo seja um mar de rosas. Na verdade, as relações bilaterais confrontam-se com dificuldades que a diplomacia raramente traz à luz do dia. É o caso, por exemplo, dos entraves burocráticos colocados à vinda para o país de técnicos ou executivos portugueses ou também a visão redutora que algumas empresas portuguesas, públicas ou privadas, têm do Brasil, das suas instituições e até do seu quadro jurídico-legal.

A lei brasileira, por exemplo, impõe, entre outros requisitos, que a direcção de qualquer empresa instalada no país, mesmo que seja uma filial, seja assumida por um brasileiro, mas abre a possibilidade de ser um estrangeiro, desde que tenha uma autorização de residência permanente. O problema é que o processo para a obtenção do visto de trabalho ou de

residência permanente se pode arrastar por meses ou mesmo anos.

Além dos vários acordos, protocolos e do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta que foram assinados durante a V Cimeira Luso-Brasileira, uma questão que se arrasta há bastante tempo esteve presente nas conversações entre o primeiro-ministro português, António Guterres, e o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso: a aprovação pelo Congresso brasileiro de um tratado sobre a protecção de investimentos.

O referido tratado, negociado entre os governos dos dois países e já aprovado por Portugal, está engavetado no Congresso, em Brasília, desde 1994. Apesar das divergências pontuais ou mesmo das diferenças estratégicas «o relacionamento bilateral caracteriza-se hoje por uma agenda densa, diversificada e moderna, que vai muito além de seus fundamentos tradicionais, como a amizade e os vínculos históricos, étnicos, culturais e linguísticos», lê-se numa nota do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), a propósito da cimeira.

**A rota da cooperação**  
A V Cimeira Luso-Brasileira também se destacou pela discussão da oficialização de novos voos na rota Portugal-Brasil. Actualmente, a TAP oferece 24 voos semanais para o Brasil. Desse total, 18 são frequências regulares autorizadas com base em acordo bilateral.

Entre Novembro de 2000 e Março deste ano, a companhia portuguesa obteve, com carácter de excepção, a autorização do Departamento de Aviação Civil para a operação de outros seis voos, autorização cujo prazo termina em 27 de Outubro. Estas autorizações respeitam a voos que saem de Lisboa ou Porto, destinados a Salvador, Recife e Fortaleza.

A transportadora aérea portuguesa considera o Brasil, que representa 16,7 por cento de sua receita de mil milhões de dólares, a maior operação após a Europa. Aliado às características geográficas que fazem do litoral nordestino um dos lugares mais atractivos para os turistas em geral, está também o facto de Lisboa ser a capital europeia mais próxima da América do Sul.

Na V Cimeira Luso-Brasileira participaram, além do primeiro-ministro, António Guterres, uma delegação portuguesa que integrou os ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, da Justiça, António Costa, da Economia, Braga da Cruz, da Cultura, Augusto Santos Silva, e o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, João Rui de Almeida.

A cimeira ficou marcada pela assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil, que visa resolver questões que geraram controvérsia entre as autoridades dos dois países ao longo dos últimos anos. **MARY RODRIGUES**

## «GERAÇÃO MILLENNIUM» EM MARCHA

**A**ssegurar a formação das camadas mais jovens da população de modo a combater todas as formas de info-exclusão foi o objectivo central do programa «Geração Millennium», uma iniciativa que se pretende alargada ao âmbito nacional e que decorrerá até 2006.

O Governo socialista através do Ministério da Juventude e do Desporto, criou este programa para fazer frente à falta de conhecimento e acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação daqueles que vivem em regiões mais desfavorecidas ou que não têm condições para adquirirem os meios necessários.

O «Geração Millennium» propõe-se formar e certificar, no seu primeiro ano de funcionamento 60 mil jovens portugueses, dos dez aos 18 anos em matéria de competências básicas em tecnologias de informação.

A implementação do programa depende da Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI), que detém uma larga experiência na formação de jovens em tecnologias de informação e uma vasta rede de centros de formação disseminados por todo o território nacional. O financiamento desta iniciativa faz-se através do protocolo entre o ICP e o IPJ.

Neste primeiro ano de funcionamento (que arrancou a 7 de Julho último e se prolongará até 7 de Julho de 2002) o programa



contempla dois níveis de formação. O primeiro nível tem duração de dez horas e visa habilitar 50 mil jovens com competências para escrever, imprimir e guardar um texto em computador; pesquisar informação na Internet; receber e enviar correio electrónico.

O segundo nível do «Geração Millennium» dura cinquenta horas e pretende ensinar 10 mil jovens a usarem um processador de texto uma folha de cálculo, a usarem a Internet e a realizarem apresentações electrónicas.

A formação das várias turmas decorrerá nos Centros de Divulgação das Tecnologias de Informação (CDTI) da FDTI, onde deve ser feita a inscrição.

A frequência pressupõe o pagamento de uma taxa simbólica de 1000 escudos para a frequência do nível 1 e de 3000 escudos para o nível 2. Com a frequência do curso é

oferecido aos jovens o Cartão Jovem Clássico.

### Cybercentro

Se a info-exclusão é uma das metas traçadas pela governação socialista, a criação de condições de acesso às novas tecnologias é uma metodologia que já foi posta em prática.

A construção da sociedade de informação inclui pois a tarefa de garantir o acesso de todos aos benefícios das novas formas de informação, comunicação e multimédia, e, combater as desigualdades culturais, sociais e económicas.

A urgência de alargar e melhorar o saber disponível e as formas de aprendizagem destas novas tecnologias, levou o Estado português a tomar opções, destinadas a promover um salto qualitativo no plano da educação, cultura e formação dos cidadãos, bem como a estimular a evolução e a mudança nos sectores relevantes do País.

Nesta perspectiva, em resultado de um protocolo estabelecido entre a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e a Secretaria de Estado da Habitação e da Comunicação, surgiu em 17 de Fevereiro de 1999 um projecto de criação e instalação de vários Cybercentro em cidades de média dimensão.

O Cybercentro é um espaço especialmente concebido como centro de demonstração

prática e fomento do uso das tecnologias de informação, comunicação e multimédia, destinado essencialmente à população jovem e estudantil, que tem associados espaços de convívio e animação.

A criação do Cybercentro da Covilhã resulta de uma parceria estabelecida entre a Universidade da Beira Interior, o Instituto das Comunicações de Portugal, o Instituto Português da Juventude, o Instituto do Cinema Audiovisuais e Multimédia e a Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias da Informação.

A implementação de um espaço desta natureza na Covilhã, simboliza uma aposta clara no desenvolvimento regional. O Cybercentro nasce ligado à Universidade da Beira Interior, mas sua vocação e a sua missão é para cidade e para a região que o acolhe.

No futuro prevê-se a criação dos Cybercentros de Guimarães, Aveiro, Guarda, Castelo Branco e Beja.

O Cybercentro constituirá deste modo e para a região envolvente da Covilhã, uma importante mais-valia, possibilitando uma maior disseminação das TIC pela população. Ele inclui espaços funcionais como são a Sala de Informática, a Sala de Formação, a Sala Multimédia, a Sala de Mercados Financeiros On-line, o Espaço ICAM, a Biblioteca Digital/CD ROM's, o Posto de Informação Juvenil (PIJ), as Salas de Estudo, uma Reprografia e um Cybercafé.

M.R.

## 53 MIL IDOSOS ESTE ANO COM FÉRIAS DE SONHO

**C**inquenta e três mil pessoas poderão este ano ir para férias através do programa «Turismo Sénior», uma iniciativa que quer contribuir para quebrar a solidão dos mais velhos.

O «Turismo Sénior» destina-se a todos aqueles que tenham mais de 60 anos e que queiram «desfrutar de umas férias com um programa irresistível», como define Pedro Mendonça, um dos coordenadores do projecto.

«O crescimento e a cada vez maior procura por parte das pessoas ao programa, fez com que este ano fossem abertas mais três mil vagas, além das 50 mil da edição de 2000/2001», explicou o coordenador.

Este ano o «Turismo Sénior» apresenta-se renovado e com novas actividades em relação à edição passada. Além da escolha de uma viagem, da unidade hoteleira, o novo sistema permite ainda a opção por um período temporal.

Além das diversas actividades normais de turismo, o programa tem como principal

objectivo as actividades fora de portas, como visitas a museus locais ou ao comércio tradicional.

Desta forma a organização pretende «proporcionar um maior impacto nas regiões visitadas».

Este ano o «Turismo Sénior» introduziu duas novas actividades no programa com o objectivo de consciencializar os participantes no que diz respeito à alimentação e à introdução do Euro como nova moeda nacional, nomeadamente nos programas «Saber comer» e «Olá euro».

Com a colaboração de nutricionistas os participantes poderão ver respondidas dúvidas que dizem respeito ao que comer, em que quantidades, ou definir métodos alimentares correctos.

### «Olá euro»

Na iniciativa «Olá Euro», a organização pretende explicar as questões básicas da moeda única bem como as diferenças que

irão encontrar quando o escudo sair de circulação, já a partir do próximo ano, contando para isso com a colaboração da Comissão Nacional do Euro.

Pedro Mendonça considera «extremamente importantes estas campanhas de sensibilização e de informação», já que os responsáveis do programa estão conscientes da falta de informação nestas áreas.

No que diz respeito ao euro «os mais idosos são os mais desprotegidos. Há que desenvolver por isso uma preocupação social pelos mais velhos», explica.

O Turismo Sénior 2001/2002 tem o apoio do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e do Ministério da Economia, que suporta parte do custo do projecto, já que cada participante, dependendo do rendimento mensal paga uma ajuda de custo.

Os rendimentos de 31.200 escudos pagam cerca de 10 contos, o preço mínimo praticado, sendo o pagamento de 43.300 escudos respeitantes a todos aqueles que apresentarem um rendimento mensal acima

dos 100 contos.

O Turismo Sénior chega também a Espanha. O INATEL, através de um protocolo firmado com entidades espanholas, oferece a possibilidade de quatro mil seniores usufruírem de férias no país vizinho.

A vertente humana é uma das maiores preocupações dos coordenadores do evento. O facto de a maior parte destes idosos passar grande parte do ano quase sozinhos leva a organização do evento a considerar como meta preferencial «quebrar a solidão das pessoas».

A meta tem vindo a ser cumprida, como se pode verificar nas palavras de Maria Carolina Pinheiro, vencedora da III Edição do concurso de texto promovido pelo INATEL: «Porque hoje alguém me olhou e descobri/Que o Outono pode Ter alguma cor/Que estou viva, que ainda não morri».

As inscrições para a edição de este ano devem ser entregues nas Agências de Viagens aderentes ou no INATEL de 13 a 19 de Setembro.

## MAIS HOMENS A TRABALHAR

**A** grande prioridade da nova secretária de Estado para a Igualdade é a efectiva igualdade entre homens e mulheres e por isso defende o trabalho de «muitos homens nesta área para a credibilizar».

Na primeira entrevista à Comunicação Social depois de há dois meses ter tomado posse, Maria do Céu Cunha Rego, licenciada em Direito, 50 anos, muitos dos quais dedicados à igualdade, afirmou que agora é o tempo de «avançar com a igualdade entre os dois sexos na esfera privada».

Porque, diz, a igualdade beneficia mulheres, homens, crianças, a vida familiar e a sociedade em geral, é geradora de paz social, ao nível do trabalho e da vida privada.

«Precisamos de muitos homens a trabalhar na igualdade porque esta ficará mais credível», argumentou.

Com a licença de paternidade, em vigor desde 1999, «os homens passaram a ser clientes da igualdade», diz Maria do Céu Cunha Rego, a propósito das várias centenas de pais que telefonaram para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego a pedir informações.

Desconhece-se quantos pais já gozaram a licença de paternidade, mas atendendo à elevada procura de informação, Maria do Céu Cunha Rego acredita que é pelo lado dos direitos dos homens na esfera privada que se melhora a igualdade, até na esfera

pública.

«Quando existir igualdade, deixar-se-á de falar em género, que nos distingue em termos sociológicos, falar-se-á apenas de sexo, que nos divide em termos biológicos», salienta a governante.

Para Maria do Céu Cunha Rego, a igualdade entre homens e mulheres visa trazer para a vida o que o Direito diz que é o correcto, ou seja, não há situações de dominação de uns em relação aos outros e não há situações de exclusão de áreas da vida por uns ou por outros.

Com a igualdade «pretende-se que não haja destino porque se nasceu homem ou mulher», diz.

Num País em que os vários governos sempre foram maioritariamente compostos por homens (do actual Governo fazem parte 58 homens e cinco mulheres), Maria do Céu Cunha Rego defende «a partilha do processo de decisão, ao nível social, económico e nos lugares de chefia. Caminho que ainda tem de ser percorrido em Portugal».

A secretária de Estado propõe-se «dar cumprimento ao programa do governo em matéria de Igualdade. Programa que aborda o tema numa perspectiva muito transversal, tendo a ver com a actividade de todos os Ministérios».

### O segredo está na articulação

A articulação e concertação com os vários

Ministérios tem sido, segundo Maria José Cunha Rego, «fácil e natural, o que revela uma grande abertura».

A secretária de Estado, que gostaria de fazer uma reflexão sobre a igualdade, afirma que o objectivo é dar continuidade ao que já vinha sendo feito, nomeadamente a concretização do II Plano para a Igualdade entre as Mulheres e os Homens.

O Plano, anunciado no Conselho de Ministros de 8 de Março último, está a envolver todos os ministérios e organizações não governamentais que trabalham nesta área.

«Trata-se de um plano a quatro anos que vai cobrir todas as áreas da Plataforma de Pequim, ajustadas à realidade portuguesa. O objectivo é usar a metodologia do Programa Nacional de Emprego e do Programa Nacional de Inclusão, identificar quatro pilares ou eixos estratégicos e depois as várias directrizes», explicou Maria do Céu Cunha Rego.

Tudo porque «o mercado de trabalho tem de contar com a ausência dos homens e, a partir daqui, a escolha é só com base na qualidade do trabalhador e não pela ausência que afecta sobretudo as mulheres. Logo melhora a situação destas», considera.

Para a elaboração deste plano, a secretária de Estado conta com todos os contributos e

sugestões, que podem ser enviados para o endereço electrónico cidm@mail.telepac.pt. Questionada sobre o orçamento da secretaria de Estado, Maria José Cunha Rego, escusou-se a adiantar quaisquer números, afirmando que «todas as áreas têm nos seus orçamentos, directa ou indirectamente, verbas afectadas à Igualdade».

Sobre a eficácia de se alcançar a igualdade através de decretos, Maria do Céu Cunha Rego considera que se Portugal não tivesse a Constituição, o Código Civil e as leis do trabalho que tem, «de certeza que não estava onde está».

«Sem lei não é possível», diz, acrescentando contudo que «nada se obtém de uma só maneira».

«Há coisas que podem ser melhoradas e acrescentadas na lei, designadamente o que tem a ver com a esfera privada. Uma das linhas deste Governo tem sido o aprofundamento dos direitos dos homens na esfera privada», considera.

«Em relação à União Europeia, Portugal está melhor colocado quer quanto à taxa de desemprego, quer relativamente à taxa de participação no emprego, mas ainda há assimetrias», reconhece Maria do Céu Cunha Rego.

Na actual conjuntura governativa, em que foi criada a secretaria de Estado para a Igualdade, Maria do Céu Cunha Rego considera que a igualdade «saiu reforçada».

## Universidade de Verão

7 e 8 de Setembro Cascais

### NOVA AGENDA EUROPEIA

#### Sexta-feira, Dia 7

10.30 - 12.00 **SESSÃO DE ABERTURA** - Teatro Gil Vicente  
Mário Soares  
Bertrand Delañoce  
(Aberto ao Público)

12.30 - 14.30 **ALMOÇO**

**CONTINUAÇÃO** Centro Cultural da Gandarinha

14.45 - 16.30 **PAINEL 1 - COESÃO SOCIAL E CIDADANIA**  
Coordenador: Pedro Hespanha  
Oradora: Maria João Rodrigues  
Comentadores: Elisa Damião, Manuel dos Santos

16.30 - 16.45 **PAINEL 2 - AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

Coordenador: Francisco Ferreira  
Oradores: Eduardo de Oliveira Fernandes, Humberto Rosa, António Gonçalves Henriques  
Comentadores: Carlos Lage, Joaquim Vairinhos

20.00 **JANTAR**

#### Sábado, Dia 8

10.15 - 12.00 **PAINEL 3 - NOVOS MEDIA, NOVAS POLÍTICAS?**  
Coordenadores: José Magalhães, Gustavo Cardoso, Maria Carrilho  
Oradores: José Mariano Gago, Luís Ribeiro, Paulo Azevedo

12.30 - 13.15 **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**  
Comissão Directiva: Maria Carrilho (presidente), António Reis, José Conde Rodrigues, José Lamego, José Manuel Tengarrinha e José Medeiros Ferreira.

**Nota:** Inscrições limitadas ao número de lugares disponíveis e aceites por ordem de recepção.

**Secretariado:** U.V. Partido Socialista, Largo do Rato, n.º 2, 1269-143 Lisboa  
Paula Carreiras - telef: 96 513 5340 • Catarina Martins - telef: 21 382 2021  
Fax: 21 382 2023 • E-mail: rel\_int@ps.pt





## Abrantes

### Sessão evocativa dos 25 anos do poder local

Em 1976, escrevia-se uma página importante da história de Abrantes, saídos da revolução do 25 de Abril de 1974, os novos ideais da democracia impunham-se para satisfação de todos quantos lutaram para que isso fosse uma realidade. Nascia, em Abrantes, um dos pilares estruturantes da democracia: o poder local.



Feito de posições por vezes antagónicas, mas essenciais à vida democrática, o poder local registou ao longo de 25 anos a passagem de inúmeras personalidades que marcaram a história de Abrantes, autarcas, de vários partidos políticos ou independentes, que deram o melhor de si mesmos ao desenvolvimento local e ao progresso das comunidades.

No dia 7 de Setembro, sexta-feira, no Cine-Teatro S. Pedro, a Câmara Municipal de Abrantes realiza uma homenagem a autarcas do município, nomeadamente presidentes e vereadores que exerceram funções na autarquia, bem como presidentes e secretários que exerceram funções na Assembleia Municipal, desde as primeiras eleições livres até aos dias de hoje.

Após a cerimónia decorrerá um concerto com o grupo Eriksonnlover.

## Albufeira

### Inauguração do relvado do Campo da Nora

No passado dia 1 de Setembro foi inaugurado o relvado do Campo da Nora, em Ferreiras.



Trata-se de um investimento de cerca de 23 mil contos que irá proporcionar mais e melhores condições para a prática do futebol.

Da cerimónia constou a realização do Torneio Nacional de Iniciados «Cidade de Albufeira» e à tarde a inauguração do

relvado, seguindo-se um jogo de veteranos do Futebol Clube de Ferreiras e a apresentação do plantel para esta época do Futebol Clube de Ferreiras.

No dia seguinte prosseguiu o Torneio Nacional de Iniciados, com a respectiva entrega de troféus.

### Projecto avança para o pavilhão desportivo

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou aprovar o anteprojecto para o pavilhão desportivo de Albufeira e consequente realização do projecto de execução do mesmo.

Trata-se de uma obra que deverá ascender a mais de 862 mil contos e que ficará implantada em terreno circundante ao terreno do campo de jogos do clube Imortal.

A área de implantação é de aproximadamente 5400 metros quadrados, com uma área total de cerca de 8612 metros quadrados.

O edifício, com dois pisos, comportará duas zonas funcionais distintas: a zona dos campos de jogos e a zona de balneários.

## Amadora

### Ciclovia no Dia sem Carros

A adesão da Amadora ao Dia Europeu sem Carros, a 22 de Setembro, fará nascer a primeira fase de uma ciclovia no município. Esta ciclovia fará a ligação entre o Parque Central, na Freguesia da Mina e a Escola Secundária de Alfornelos, estando depois previstos mais percursos.



Apesar de não ser possível abrir uma pista uniforme para o percurso, «tendo em conta o desordenamento urbanístico» do concelho, serão criadas zonas próprias ou aproveitadas passeios e arruamentos, «tal como acontece noutros países europeus», disse o presidente da autarquia, Joaquim Raposo.

## Cascais

### Ribeiras mais limpas

A Câmara Municipal de cascais iniciou já uma operação de limpeza de todas as ribeiras e linhas de água, com o objectivo de prevenir eventuais inundações no próximo Inverno.

Durante dois meses vão estar no terreno mais de 15 homens e oito viaturas próprias para desbastar a vegetação e recolher o lixo e entulho acumulados, que impedem

o normal curso da água.

Recorde-se que este é o segundo ano consecutivo em que a autarquia procede a esta operação de limpeza.



No ano passado, mobílias e electrodomésticos foram os principais objectos retirados dos vários milhares de metros cúbicos de lixo e entulho recolhidos.

## Faro

### Câmara e ACRAL assinam contrato-programa

Vai ser assinado no dia 7 de Setembro entre a Câmara de Faro e a Associação do Comércio e Serviços do Algarve (ACRAL) um contrato-programa de apoio à aquisição da nova sede da ACRAL e Escola de Comércio do Algarve.



O apoio traduz-se numa verba de 20 mil contos para a compra do imóvel, futura sede.

Ambas as entidades consideram que este apoio significará um importante investimento para a promoção, prossecução e desenvolvimento da dinâmica empresarial, nos ramos do comércio e serviços, bem como na formação profissional.

## Lisboa

### Câmara homenageia ciclista

A Câmara Municipal de Lisboa vai homenagear, no próximo domingo, o ciclista Joaquim Gomes.



Trata-se de uma iniciativa inserida no programa «Há vida na avenida», e

corporizada numa marcha de ciclistas que contará com a presença daquele desportista que, recorde-se, venceu duas vezes a Volta a Portugal em bicicleta.

## Montijo

### Realojamento termina em Outubro

Outubro foi o mês apontado pela Câmara do Montijo para o início da entrega das chaves de cem fogos de habitação social em construção junto à circular do Montijo e que se destinam a receber cidadãos que actualmente habitam em casas degradadas, em especial nos pátios da cidade.



Os fogos são construídos no âmbito do PER.

As cem habitações, distribuídas por vários blocos, possuem uma vertente significativa de casas de pequena dimensão, já que muitos cidadãos a realojar habitam sozinhos.

## Vila Franca de Xira

### Inaugurados equipamentos comunitários para crianças

O secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, José Manuel Simões de Almeida, acompanhado pela presidente da autarquia, Maria da Luz Rosinha, inaugurou na passada segunda-feira as novas instalações da Associação para o Bem-Estar da Freguesia de Vila Franca de Xira (ABEI), para desenvolvimento de actividades na área da infância.



O novo Centro Comunitário do Bairro Municipal de Vila Franca de Xira tem capacidade para um total de 160 crianças, nos regimes de ATL, pré-escolar e creche. O governante presidiu também à inauguração do jardim-de-infância, na Quinta dos Babelos, Alto da Agrueta.

Este novo equipamento foi edificado numa área total de 9600 metros quadrados, custou cerca de 140 mil contos e tem capacidade para 225 crianças.

## PS EM MOVIMENTO

### AJUDA

#### Folha informativa

«Qualquer Governo da direita será sempre muito pior que o actual Governo socialista», refere o camarada Dias Baptista, deputado da Assembleia da República, num artigo de opinião publicado na edição de Julho da folha informativa da Secção da Ajuda.

O grande tema em destaque nesta edição é a última sessão do «Clube do Debate», que contou com a presença do camarada Jorge Lacão. A situação política e a revisão da lei eleitoral foram os principais temas do debate.



### ALANDROAL

#### Candidatura de João Nabais

A candidatura do camarada João Nabais à presidência da Câmara Municipal de Alandroal prossegue com trabalho, empenho e muita dinâmica, tendo já saído três boletins da sua candidatura.

«Alandro» é o nome do boletim que na edição de Agosto nos dá conta dos projectos nas mais diversas áreas apresentados por João Nabais para tirar Alandroal da cauda da Europa, vencendo o atraso e estagnação em que se encontra mergulhada.

#### Roques candidato à Junta de Santiago Maior

É agricultor, é independente, tem 49 anos, chama-se José Francisco Roques, e é o candidato do PS à presidência da Junta de Freguesia de Santiago Maior, no concelho de Alandroal.

Profundo conhecedor dos problemas da Freguesia, com uma vasta experiência autárquica, José Francisco Roques é presidente da direcção do Centro de Cultura e Recreio da Aldeia da Venda e sócio-fundador e presidente da Assembleia Geral do Lar-Centro de Dia Nossa Senhora dos Remédios.



### ARRAIOLOS

#### PS apresenta candidatura

A candidatura autárquica do PS no concelho de Arraiolos teve a sua apresentação pública no dia 29 de Julho. Na ocasião foi também inaugurada a sede de candidatura na Rua Alexandre Herculano, na vila de Arraiolos.

Recorde-se que o economista Francisco Fortunato é o candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Arraiolos.

### CARREIRA

#### Candidato do PS à Junta

Vitor Santos, nascido em 1947, ex-membro da Assembleia de Freguesia de Carreira, distrito de Leiria, é o candidato do PS à Junta de Freguesia de Carreira.

Numa nota à Imprensa, a direcção de campanha do PS refere que «este independente aceitou encabeçar a candidatura do PS porque «considera que é necessário ter uma Junta que defenda com mais entusiasmo os projectos e os interesses da Freguesia, não devendo continuar a ser subserviente da Câmara mas sim mais reivindicativa».

As principais preocupações do candidato do PS, para além do PDM, são o saneamento da Freguesia e a necessidade de cobrir as escolas do 1º ciclo com serviço de refeições e transporte.

### MORA

#### Piado candidato à Câmara

O camarada Francisco Piado, de 51 anos, engenheiro, presidente da Comissão Política Concelhia de Mora do PS, é o candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Mora.

Por sua vez, o médico Carlos Rosa será o cabeça-de-lista à Assembleia Municipal de Mora.

### MURÇA

#### Apresentação de candidatos

A sessão de apresentação dos candidatos do PS à Câmara Municipal de Murça está prevista para o próximo dia 23 de Setembro.

Num comunicado, o PS/Murça afirma estar «empenhado em retirar a Câmara Municipal de Murça ao PSD».

Esta é a posição do Secretariado da Federação Distrital do PS que analisou indicadores recentes que dão conta que a disputa entre o PS e o PSD se fará por «escassas dezenas de votos».

### NAZARÉ

#### Apresentação de candidatura

No próximo dia 7, pelas 21 horas, no restaurante «S. Miguel», vai ter lugar a cerimónia de apresentação pública da candidatura da camarada Isabel Vigia à presidência da Câmara Municipal da Nazaré.

A cerimónia conta com a presença dos camaradas Ferro Rodrigues e Maria de Belém.

### PENHA DE FRANÇA

#### Reunião do Secretariado

Reuniu no passado dia 30 de Agosto o Secretariado da Secção da Penha de França.

Na reunião, para além da análise de aspectos correntes da gestão desta estrutura, foi abordada a actual situação política e as próximas eleições autárquicas.

### PONTA DELGADA

#### Fórum

Realizou-se no passado dia 1 de Setembro, na sede de candidatura do camarada Rui Bettencourt, candidato do PS à Câmara Municipal de Ponta Delgada, um fórum subordinado ao tema «Ponta Delgada – o concelho, a cidade e futuro».

### SOBRALINHO

#### Recandidatura de Henrique Cordeiro

«O futuro faz-se assim» é o lema da recandidatura do camarada Henrique Cordeiro à presidência da Junta de Freguesia do Sobralinho.

Num Info, de excelente aspecto gráfico, distribuído à população Henrique Cordeiro faz um balanço do notável trabalho realizado ao longo de quatro anos à frente dos destinos da Freguesia do Sobralinho, que contribuiu para um maior desenvolvimento e melhor qualidade de vida da população.

### TERRAS DE BOURO

#### Ricardo Gonçalves candidato

A Comissão da candidatura à presidência da Câmara Municipal de Terras de Bouro do camarada Ricardo Gonçalves refere, num comunicado, que «o trabalho da actual Câmara Municipal de Terras de Bouro, é por todos reconhecido, é muito pouco, o que hipoteca o futuro do nosso concelho». Para Ricardo Gonçalves, «esta situação não tem, contudo, desculpas».

«Os dois vereadores eleitos pelo Partido Socialista nas eleições de há quatro anos foram aliados, juntando-se aos três que representavam o PSD. A Câmara de Terras de Bouro é agora composta apenas por cinco vereadores do poder, não existindo nenhum vereador da oposição», explica.

Para o próximo presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, «esta é uma forma de enganar o eleitorado que votou numa Câmara de três eleitos pelo PSD e dois pelo PS, estando agora todos do mesmo lado».

«O voto do povo – sublinha Ricardo Gonçalves – é para respeitar, até porque em democracia o poder e a oposição têm ambos o seu desempenho. «Esta situação actual é falsa e injusta».

«Ao termos conhecimento dos principais elementos que constituirão a proposta de candidatos do PSD às próximas eleições, concluímos que o que prometem é mais do mesmo, marasma, atraso relativamente aos concelhos vizinhos, impotência para operar o desenvolvimento do concelho», refere o comunicado.

«Quando assumirmos a presidência da Câmara Municipal, depois da vitória de 16 de Dezembro próximo, começaremos de imediato a por em prática as nossas propostas de desenvolvimento, que têm como objectivo prioritário criar condições para que o concelho se afirme pela qualidade do que produz, pelo que pode oferecer e pelo empenho das suas gentes. Não aceitamos mais andar mais para trás», afirma o candidato socialista.

RACISMO E XENOFOBIA **Mário Soares**

## A CONFERÊNCIA DE DURBAN



**M**ary Robinson, ex-presidente da República da Irlanda e actual alta-comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, é uma mulher singular: corajosa, determinada, invulgarmente inteligente, com uma preparação jurídica excepcional, idealista e visionária. Como alta-comissária tem realizado um trabalho notável - o que é, aliás, genericamente reconhecido.

No quadro desse trabalho está agora a organizar para Durban, na África do Sul, de 31 de Agosto a 7 de Setembro, uma Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância. Trata-se de uma conferência importante, pela urgência e actualidade do tema - muito mais vasto, grave e complexo do que se imagina -, e pela qualidade das individualidades convidadas, entre as quais vários chefes de Estado e de Governo. A conferência tem como personalidade de referência Nelson Mandela, que preside a um grupo de «eminentes personalidades», como se lhes chama: Oscar Arias, Patrício Aylwin, Jimmy Carter, Príncipe El Hassan, Cardinal Etchebaray, Gorbatchov, I. K. Gujral, Federico Mayor, Elie Wiesel - entre outros, menos conhecidos, nos quais fui também incluído.

A função principal do grupo consiste em promover amplos debates preparatórios da Conferência de Durban que venham a conduzir a níveis elevados de consciência política, entre os participantes, acerca do flagelo do racismo, da xenofobia e da intolerância, que estão a proliferar, ao contrário do se pensa, criando problemas de difícil resolução nas sociedades do nosso tempo, tanto nos países em via de desenvolvimento como nos países desenvolvidos. A amplitude e o significado dos movimentos migratórios, a que se assiste em todo o mundo, estimulados pelas dificuldades económicas e pela aspiração legítima a melhores níveis de vida, a falta de trabalho não-qualificado nos países desenvolvidos - que explica a emigração clandestina, com todas as formas de exploração a que geralmente dá lugar - o desconhecimento do outro e a falta de respeito pelo que é diferente, os preconceitos de raça, de sexo e de religião, o aumento da pobreza no mundo, constituem outras tantas causas dos movimentos migratórios, com todos os sofrimentos que acarretam para as populações.

Como lutar eficazmente contra estes flagelos - o racismo, a xenofobia, a intolerância, a indiferença pelo outro - sabendo, como sabemos, que tudo radica

na falta de educação cívica, na impreparação relativamente aos direitos humanos, na pobreza e na ausência de políticas sociais incluídas? Esta pergunta crucial está relacionada com o que dizia recentemente em Lisboa o economista indiano Amartya Sen, prémio Nobel: «Haver fome no mundo é uma questão política». Porque o estado actual dos conhecimentos e dos meios de intervenção ao nosso alcance, permitem-nos erradicar a pobreza, a nível global, com a condição de haver vontade política para o fazer da parte dos governos.

Ninguém duvida de que assim é. A chamada taxa Tobin (se fosse aplicada e depois distribuída equitativamente como proposto - incidindo sobre os fluxos especulativos de capital, que circulam no mundo, de bolsa de valores em bolsa de valores, de Tóquio a Nova Iorque, passando por Frankfurt, Londres e Paris) ninguém duvida de que resolveria largamente o problema da erradicação da pobreza e do subdesenvolvimento. Sem já querer referir uma radical redução dos armamentos.

Contudo, num mundo conduzido pelo neoliberalismo, em que o dinheiro é rei, os valores humanistas e o sofrimento dos outros não contam, dado que o importante é o «struggle for life», é difícil pôr em

aplicação políticas sociais progressistas que, no plano nacional e internacional, pudessem minorar sensivelmente a pobreza. A economia de mercado, além de contribuir poderosamente para o desenvolvimento dos povos, gera necessariamente desigualdades e desequilíbrios. E a erosão dos Estados - que é um fenómeno correlativo da globalização - não deixa margem a que se possam corrigir essas mesmas desigualdades. Daí as injustiças crescentes.

É por isso que uma iniciativa como a visada pela Conferência de Durban - reunindo tantas e tão prestigiadas individualidades - é tão oportuna e significativa. Representa, obviamente, a vontade de remar contra a maré, a favor das nobres causas do humanismo socialista, em favor de uma cultura de paz e da dignidade humana. Afinal, se a Terra é uma só e cada vez mais pequena, se todos somos iguais e estamos no mesmo barco - como se reconhece - partilhando o mesmo destino e a mesma condição (independentemente de raças, sexos ou posições sociais!) não se impõe que sejamos mais solidários e menos egoístas? É uma questão de ética e também de educação.

In «Expresso», 14-07-2001

PARTICIPAR

Maria Luísa Alves Lopes

## VOLUNTARIADO... FAZER DO MUNDO A NOSSA GRANDE OBRA DE ARTE

**N**o mundo em que vivemos todos procuramos um sentido, um lugar, uma função social mas nem sempre temos uma consciência nítida de que é necessária uma revolução que não é nem política, nem económica, nem tecnológica. Refiro-me a uma nova cultura que urge difundir e à qual poderei chamar «a nova cultura da participação». Todos têm uma função a cumprir, todos podem participar porque todo o cidadão tem, no novo mundo, um papel a desempenhar para que seja possível um desenvolvimento sem participação/colaboração. Como fazê-lo? Com uma mudança de atitude, utilização das aptidões, afirmação de compromissos e cumprimento de deveres de todos os cidadãos.

O voluntariado e a educação não-formal podem ser um caminho, uma atitude, uma opção na construção da cultura de participação. Reunidas em conferência mundial, várias organizações de voluntários, com

particular expressividade para as ONG estabeleceram a Declaração a Declaração Universal dos Voluntários, referindo-se a esta actividade em seis pontos específicos e de particular importância:

Ser voluntário é

- tomar uma decisão que se apoia em motivações e opções pessoais
- uma forma de participação activa do cidadão na vida das comunidades
- uma acção e um movimento organizado no seio das sociedades
- um contributo para a melhoria da qualidade de vida
- a criação de um mundo mais solidário
- o fortalecimento do desenvolvimento social e económico

O voluntariado é pois, a resposta para a mudança.

A nível social são várias as organizações que o promovem: instituições públicas e privadas (ONG, RNAJ, IPSS, Juntas de Freguesia, Câmaras) ou instituições de carácter religioso de que destacamos os centros paroquiais e as ordens religiosas.

Se é certo que os organismos confessionais têm desempenhado uma função importante nesta área, ao longo de séculos e durante as últimas décadas, é também correcto afirmar que, uma cada vez maior consciencialização das sociedades permite agora que haja outras entidades promotoras a lutar por problemas comuns que afectam as sociedades em geral e a nossa em particular.

Menores em risco, infância, saúde e terceira idade sempre foram áreas de intervenção privilegiadas. Desponta agora a intervenção e protecção das minorias étnicas, interesse que se relaciona certamente com a nova diversidade social e com o facto de compreendermos que a multiculturalidade e o respeito pelo outro são formas de enriquecimento das novas sociedades e do ser humano. Como diz García Márquez «preciso que precisem de mim para não morrer e é esse justamente o sentido do novo modelo de intervenção social: todos somos necessários, não somos seres anónimos na sociedade,

temos um papel a desempenhar e formas de intervir na construção do mundo. É também nesse sentido que é urgente uma consciência cada vez maior da necessidade de recuperação dos patrimónios histórico, cultural e natural. Tudo faz parte de nós.

Todos os que precisam de nós fazem parte do todo a que pertencemos.

O voluntariado é a grande hipótese de transformar o mundo e de desenvolver uma verdadeira cultura de participação.

Segundo Ralph Emersom, «nada de grandioso na humanidade foi conseguido sem entusiasmo» e criar esse entusiasmo é compreender que assumir uma participação voluntária na sociedade é também ser um poderoso agente da mudança. Se entendermos que através do voluntariado se recebe mais do que se dá e que só através dele se cruza um espírito de solidariedade com a consciência da cidadania faremos finalmente do mundo a nossa grande obra de arte.



CONFERÊNCIA DE DURBAN José Leitão

## GARANTIR A IGUALDADE E COMBATER A DISCRIMINAÇÃO\*

**P**ermita-me antes de mais agradecer ao povo e às autoridades sul-africanas pela organização desta Conferência e pela calorosa recepção nesta cidade, que, estou certo, contribuirão fortemente para o sucesso dos nossos trabalhos.

Gostaria igualmente de expressar o meu total apoio às posições apresentadas no discurso do meu colega belga em nome da União Europeia.

A Conferência de Durban poderá marcar um ponto de referência para as gerações vindouras. Com efeito, o sucesso que todos esperamos ter aqui representará um passo decisivo para a erradicação do flagelo que é o racismo.

Portugal, desde que foi tomada a decisão de realização da Conferência, tem estado empenhado na sua preparação, quer a nível regional quer mundial. Participámos activamente na Conferência de Estrasburgo e nos Preppcoms e outra reuniões preparatórias que tiveram lugar em Genebra e que nos permitiram estarmos hoje aqui.

Na África do Sul deram-se passos decisivos na luta contra o racismo e a discriminação racial, na altura práticas institucionalizadas e sistemáticas. Foi uma luta longa e heróica do povo sul-africano, que terminou com a vitória sobre o regime racista e com a instauração de uma verdadeira democracia. Nenhum outro país seria assim mais adequado para a realização desta reunião que nós esperamos constitua um progresso decisivo no combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância.

Desejo, nesta oportunidade, exprimir o nosso pesar pelo desaparecimento de um desses lutadores contra o racismo, Govan Mbeki, e transmitir os nossos pêsames sinceros a S. Exa. o Presidente Thabo Mbeki.

O racismo não é um fenómeno novo, nem específico de nenhuma região. O racismo, sob diversas formas e manifestações, tem infelizmente atravessado a história da humanidade. Actos de intolerância, baseados em doutrinas ou atitudes racistas, foram e continuam a ser levados a cabo contra indivíduos quase sempre indefesos.

É nossa responsabilidade, de todos nós que estamos empenhados no combate ao racismo – Governos, actores da sociedade civil, cada cidadão – criar as condições para que tais actos não se repitam nunca mais.

Em cada um dos países temos o dever de reforçar os quadros legais que visem garantir a igualdade e combater a discriminação. Temos de dar mais voz às vítimas ou potenciais vítimas; seguir com particular atenção os grupos mais vulneráveis; dar prioridade à educação e



formação de direitos humanos e combate ao racismo.

Neste quadro, gostaria de fazer aqui igualmente uma referência ao forte empenhamento de tantas ONG's para a construção de um futuro sem racismo.

Como já tive oportunidade de referir, o racismo é o fenómeno que persistiu durante a história da humanidade. Nesta história comum existem realidades que devem ser praticamente recordadas e condenadas.

Neste contexto, a Conferência deverá também representar um momento adequado de reconhecimento dos que sofreram em consequência de práticas como a escravatura e o tráfico de escravos que privaram as vítimas de liberdade e dignidade humana. Este momento deverá servir para, como um todo, a comunidade internacional recordar o imenso sofrimento destas vítimas, deplorando inequivocamente quaisquer práticas de escravatura, as quais infelizmente não foram ainda totalmente abolidas em todas as regiões.

Durban servirá assim para, prestando homenagem àqueles que foram vítimas destas tragédias, construir um futuro no qual todos nos reconhecamos como seres humanos exercendo o seu direito à dignidade.

Permito-me referir a experiência particular do meu próprio país em matéria de combate ao racismo e a toda a forma de exclusão social, uma das mais insidiosa

formas contemporâneas de discriminação. A Constituição da República portuguesa inclui um amplo leque de direitos, liberdades e garantias, conformes aos instrumentos internacionais de que Portugal é parte e que são aplicáveis de acordo com o princípio da igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Além disso, ao nível das relações internacionais, a Constituição portuguesa preconiza ainda a abolição do colonialismo e de todas as formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos.

Portugal está empenhado na construção de uma sociedade que assegure o respeito pela dignidade de todos os seres humanos, quaisquer que sejam as características que os singularizem, promovendo uma sociedade inclusiva, participante e não racista, que considere a diversidade um factor de enriquecimento cultural.

O Plano Português de Acção para a Inclusão 2001-2003 consagra «um conceito de cidadania social extensível a todas as pessoas legalmente residentes em Portugal, que postula o direito ao trabalho e a um rendimento mínimo, mas também ao exercício de direitos cívicos, à cultura, à habitação condigna e à participação na vida social e cultural, em suma, a uma plena inserção na vida em sociedade».

Ao fazê-lo, está a concretizar o princípio constitucional da equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros. É este princípio que está na base das

políticas que visam assegurar a qualidade de integração dos imigrantes, que saudamos pelo contributo que têm dado ao desenvolvimento do país.

Pretendemos também associá-los à solução dos problemas, reconhecendo direitos de participação às associações de imigrantes.

O racismo e a discriminação racial têm de ser combatidos de forma eficaz quando se manifestarem. Além da promoção da educação das gerações mais jovens em matéria de Direitos Humanos, dispomos de legislação que permite punir os crimes racistas, mas também aplicar sanções administrativas e assegurar às vítimas de discriminação uma reparação justa e adequada.

Por outro lado, Portugal reconheceu a competência do Comité, estabelecido pelo artigo 14 da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, para receber e encaminhar comunicações emanadas de pessoas ou de grupos de pessoas submetidas à sua jurisdição que se queixem de ser vítimas de violação, por parte do Estado português, de qualquer dos direitos consagrados na Convenção.

Para reforçar o estudo, a denúncia e a prevenção da discriminação racial, tomou recentemente posse a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, órgão independente em que a maioria dos seus membros é designado por associações de imigrantes, anti-racistas, de defesa dos Direitos Humanos, de sindicatos e de empregadores.

Dirigimos também a nossa acção promovendo medidas para assegurar a igualdade dos ciganos portugueses.

A sociedade portuguesa é uma sociedade cada vez mais desenvolvida em que se tem procurado conjugar a diversidade e a cidadania.

Diversas iniciativas têm contribuído para que colectivamente aprendamos a viver juntos sem discriminação, a lutar contra o racismo, à xenofobia a discriminação racial e a intolerância. Ao fazê-lo, temos presente que, como afirmou o escritor moçambicano Mia Couto, «Cada pessoa é uma humanidade individual».

Neste mundo cada vez mais pequeno que é agora o nosso, a existência em cada espaço nacional de realidades culturais diversas servirá certamente como ponte para outras culturas e outros países, permitindo-nos a todos beneficiar da aldeia global em que agora vivemos.

Estou certo que nos nossos trabalhos, saberemos privilegiar as oportunidades de construir um futuro melhor para nós e para os nossos filhos.

\*Intervenção do alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas de Portugal na Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância, em Durban, que decorre entre 31 de Agosto a 7 de Setembro

MADEIRA

Gil França

## E A FARRA CONTINUA...

**A** plebe, como sempre, aflui em massa e aplaude. Os patrícios, fidalgos genuínos da Madeira Nova, enriquecem e divertem-se. Os analistas já nem estranham. É a vida!...

Depois de mais um triste episódio da grande paródia regional, há quinze dias atrás, no Chão da Lagoa, o protagonista principal, também conhecido por visconde do Quebra-Costas, já nos veio antecipar as cenas dos próximos capítulos.

Cenário, o areal do Porto Santo. Título, a Grande Farra. Tema, a tomada da Bastilha (leia-se, a conquista da Autonomia total dos patrícios) e o extermínio dos colonialistas/fascistas de Lisboa e arredores, incluindo os atrevidos opositores da coligação PS/CDS-PP no Funchal.

A plebe, como sempre, predisposta a aplaudir, aflui aos milhares. Os patrícios mais apaniguados, ou seja, os fidalgos genuínos da Madeira Nova, enriquecem e divertem-se. Os analistas, até mesmo os de fora do burgo, já nem estranham. É a vida!...

Melhor do que isto, nem o circo romano. Talvez, por isso, a Comunicação Social, sempre zelosa, não perca uma pitada.

Assim vai a democracia neste Condado feudal do Povo superior e do grande líder providencial, ele próprio auto-proclamado, princípio e fim de tudo, cada vez mais pragmático e convicto no grande designio regional rumo à unicidade político-partidária, a bem da Autonomia dos



patrícios e a bem do Condado.

A única chatice são esses opositores ingratos, sobretudo, perante tanta obra e construção, sempre descontentes, insatisfeitos e teimosos com as suas teses peregrinas de liberalismo e pluralidade partidária e agora, até, imagine-se!... ensaiando estratégias de conquista do próprio poder político.

É que, isso da Oposição vir a ser Poder é lá com os vilões e coitadinhos do Continente, como lhes chama o Jaime Ramos, ainda na fase pré-histórica da democracia, desconhecendo, portanto, as «virtualidades» insitas do exemplar sistema de partido único democraticamente eleito. Isso, por exemplo, dos líderes da Oposição aparecerem diariamente nos telejornais, muito mais do que o próprio primeiro-

ministro e todo o Governo, na maior parte dos casos sem contraditório, inclusive com destaques especiais, como recentemente aconteceu na deslocação do Durão Barroso a Timor, é lá na paleolítica democracia do Continente.

Pelo contrário, numa «democracia avançada», como a nossa, as coisas têm regras e critérios, e a RTP/Madeira não pode fazer igual, muito menos ter que ir à sala VIP do Aeroporto para atender o líder do maior partido da Oposição, como se fosse o líder imortal do Povo superior, em mais uma das suas inúmeras viagens.

Aliás, só numa «democracia avançada» um chefe de governo se permite, também, fazer diariamente inaugurações, a pretexto de tudo e de nada, desde bombas de gasolina e restaurantes privados a

sanitários públicos ou caminhos rurais de pouco mais de cem metros, que não passam de meros subterfúgios para poder vociferar contra tudo e todos, com a cobertura pressurosa e complacente da Televisão e demais Imprensa regional.

Só numa «democracia exemplar» se pode ver um chefe de governo, ufano, de bandeira do partido em punho, em inaugurações, conjuntamente com outros correligionários, ainda por cima, gabarolando-se espalhafatosamente, como se de um grande feito se tratasse. E tudo sem a menor mácula ou objeção.

Só num sistema «democraticamente perfeito», de uma hegemonia superabsoluta de mais de 2/3 dos deputados há 25 anos consecutivos, se vê um chefe de governo e da maioria prognosticar, com fanfarronice e arrogância e para gáudio geral, a conquista de todas as autarquias e o aniquilamento da Oposição.

Só de facto nesta «democracia» é possível arregimentar cerca de quarenta mil almas (perdão, parece que em Cuba o igualmente imortal Fidel também o consegue) ou seja, 16 por cento da população total, predispostas a ouvir e a aplaudir o mesmo espectáculo de sempre, do vira o disco e prega-lhe o mesmo.

E ainda aqui vamos... na Autonomia total!..

PS. *Quem vem à praia de Santa Cruz, no isco do azul da bandeira, logo se apercebe que quem, no Inverno, semeia lamas nas ribeiras, nada em águas turvas no Verão.*

FISCALIDADE

José Pinto da Silva\*

## ALTERAÇÕES (FISCAIS OU OUTRAS)

**N**a vida dos cidadãos na actividade das instituições, privadas ou públicas, as tomadas de decisão, as alterações ou já estatuído e em vigor, para que possam vir a ser credíveis e aceites pelas comunidades a que se destinam, têm que ser muito ponderadas no seu estudo e elaboração, testadas por amostragem junto dos destinatários, para que não ocorra o ridículo de, tomadas públicas e postas como de cumprimento obrigatório, serem retiradas para re-análise, para alteração ou mesmo para irem para o lixo, consequência das contestações de que se sinta afectado pelas medidas.

Diz o povo que, às vezes, a gente pensa que se benze e parte o nariz.

No âmbito das recentes alterações fiscais que, a uma primeira apreciação, parecem mais do que justas porque não incidem, em termos gerais, sobre os trabalhadores menos remunerados nem sobre os reformados mais pobres, tiveram, ao que parece, um efeito perverso e contrário aos



designios de quem as engendrou. Segundo o ditado, deu para quebrar o nariz.

O IA sobre os «jeeps» era de uma injustiça atroz, porque, sendo viaturas de passeio e de luxo, bem mais do que carros de trabalho, não fazia sentido que não suportassem a mesma tributação de outros veículos de categoria e uso similares. Equiparou-se o imposto e parece que se verificou que o objectivo não se alcançou, porque simplesmente os «jeeps» deixaram de se vender. Quer dizer que se recebia pouco e deixou simplesmente de se receber algum, porque não aumentaram as vendas de outros veículos.

As mais-valias sobre acções passaram a ter englobamento obrigatório nas declarações de rendimentos (IRS). O mercado accionista estava em queda (em todo o lado, diga-se) pelo que a medida legislativa serviu de peso para o levar mais para o fundo. Quer dizer que o Estado não só não cobrará mais valias, como vai ver englobadas menos valias aos milhares e contribuiu para o desassossego, desespero

e raivas de milhares de pequenos accionistas que vêem o seu património de acções reduzido a metade, com o correspondente alarido ecoado, com alguma lógica, pela oposição e pela comunicação social dizendo que faltou tino da decisão ou, pelo menos, na altura da sua postura em prática.

Não entendo destes assuntos de fiscalidade e de cobrança de impostos, mas há quem entenda que a melhor maneira de tributar operações bolsistas seria a de tributar com uma pequena taxa percentual todas as operações de compra e venda de acções, taxa que seria retida na fonte pelos agentes financeiros intervenientes nas operações. A própria bolsa facilmente confrontaria o volume de transacções e correspondente imposto retido. Isto para a eventualidade de algum intermediário financeiro tentar não entregar tudo o que retivesse. Ficaria logo tudo em casa (do fisco). Mais-valia, IRS, etc.

\*Militante 30363



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Apresentação em Coimbra**

O álbum da colecção «Arte e Poesia intitulado Cântico do Mondego, será apresentado hoje, às 18 horas, na Casa da Cultura.

O álbum inclui serigrafias do pintor Pinho Dinis e poemas de Paulino Mota Tavares. Seguir-se-á, depois, a abertura da exposição «Centro português de Serigrafia – 15 Anos de Arte», uma mostra que integra uma selecção de edições de serigrafia, gravura e litografia dos mais representativos artistas contemporâneos portugueses.

A exposição estará patente até dia 30, na Casa da Cultura.

**Feira em Elvas**

Desportos radicais e espectáculos de música constituem os pontos fortes da sexta Semana da Juventude, que vai animar a cidade até sábado.

O certame, organizado pela autarquia, compreende uma feira da juventude, que se prolonga até ao final da semana.

Entre os desportos radicais programados contam-se o rappel, slide, escalada, tiro com besta e com arco.

A animação musical vai estar a cargo dos Psycho Go Ca Beer: «Sem Origem» (quinta-feira), Netinhos da Avó (sexta-feira) e os Pólo Norte (sábado).

**Certames em Fafe**

Entre 8 e 16 de Setembro, decorrerão, no centro da cidade, dois certames que já se vão tomando tradicionais por esta altura, organizados pela autarquia local. Trata-se da Feira das Associações e da Mostra de Artesanato da região, cuja cerimónia de abertura realiza-se na tarde de sábado (16 horas).

O horário de funcionamento destes eventos é das 16 às 24 horas, aos sábados e domingos, e das 17 e 30 às 23 e 30 ao longo da semana.

Ao nível da animação paralela aos certames, note-se que no dia 8 se realiza o VIII Encontro Nacional do Jogo do Pau, com a participação de 11 associações nacionais e uma espanhola.

**Artes em Faro**

A segunda mostra da exposição «Modos Afirmativos e Declinações», organizada pelo Instituto de Arte Contemporânea (IAC)/Ministério da Cultura, em colaboração com o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique encontra-se patente ao público na Galeria Trem.

Esta exposição antológica, comissariada pelo historiador e crítico de arte João Pinharanda, reúne um conjunto de autores que protagonizam o ciclo criativo da primeira metade da década de 80.

A exposição poderá ser visitada até 14 de Outubro, seguindo depois, em regime de

itinerância, para o Museu Amadeo de Souza Cardoso, em Amarante, onde permanecerá de 19 de Novembro de 2001 a 13 de Janeiro de 2002.

**Estreias em Lisboa**

«Apaixonadas», de T. Bernardi; «High Heels And Low Lifes», de Mel Smith; «Eu, Tu, Eles», de Andruch Waddington; e «Mataadoras», de David Mirkin, são as fitas estreantes, amanhã, nas salas de espectáculos da capital.

**Animação na Lousã**

A XII Mostra Nacional de Artesanato, Tasquinhas e Animação acontece amanhã, no sábado, dia 8 e no domingo, dia 9, no Parque Municipal de Exposições.

**Hipismo em Portimão**

Hoje, amanhã e durante o fim-de-semana (8 e 9) realiza-se o II Concurso Internacional de Saltos – A Portimão – Algarve. O evento decorre no Centro Hípico de Belmonte e contará coma a participação dos melhores cavaleiros do mundo.

**Cinema em Santo Tirso**

Com a exibição, cerca das 22 horas, da comédia «O Que as Mulheres Querem» de Nancy Meyers, termina no próximo sábado, dia 8, o Ciclo de Cinema ao Ar livre organizado pela Câmara Municipal.

A iniciativa decorre no Parque D. Maria II (espaço que acaba de reabrir totalmente revitalizado e em cujas obras de reabilitação gastou a edilidade tirsense muito perto de 200 mil contos) com forte adesão do público concelhio.

Este fim-de-semana (7 e 8), não perca o Festival de Bandas de Garagem. Assim, amanhã ouça, na Praça dos Carvalhais os agrupamentos Bildmeister (Vila do Conde), Tendrills (Fafe) e Red Apple (Famalicão). No sábado, assista ao espectáculo dos SGB (Santo Tirso), Ziozoom (Guimarães) e Plugged (Santo Tirso), na Quinta do Oliva de S. Mamede Negrelos.

**Pintura em Sintra**

«Homenagem à Mulher» é o título da exposição de pintura de Lívio de Moraes que estará patente ao público, a partir de sábado e até ao dia 26, na Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra. A cerimónia inaugural decorrerá, assim, no dia 8, pelas 16 horas.

**Artesanato em Vila Real de Santo António**

Aprece uma notável mostra de artesanato, hoje, na Praça Marquês de Pombal. Na Cacela Velha, nos dias 7, 8 e 9, haverá «Noites da Moura Encantada».

A final nacional do campeonato de construções em areia decorre, este sábado, dia 8, na Praia de Monte Gordo. As pinturas de Maria da Conceição Pinto encontram-se em exibição no Centro Cultural António Aleixo, até ao próximo dia 14.

SUGESTÃO

**Jogos da Eurovisão**

Os 44º Jogos Desportivos da Eurovisão vão decorrer em Espinho entre 9 e 14 deste mês, com a participação de 400 atletas de 11 países europeus, que vão disputar oito modalidades.

Os Jogos, anuais e que se realizam pela segunda vez em Portugal, são organizados pela Casa do Pessoal da RTP e vão envolver o futebol, ténis, ténis de mesa, ciclismo, bowling, petanca, xadrez e golfe.

Os Jogos da Eurovisão têm a participação de equipas de televisão e rádio filiadas na União Europeia de Radiodifusão de Portugal, Alemanha, Argélia, Áustria, Bélgica, França, Espanha, Dinamarca, Itália, Noruega e Suíça.

As provas, com o futebol em maioria, vão decorrer na zona de Espinho, enquanto o golfe, onde os portugueses vão defender o título europeu, vai disputar-se nos campos de Amarante, Porto e Estela.

Estes jogos desportivos da Eurovisão vão proporcionar também uma pequena «mostra» das potencialidades turísticas do Norte de Portugal às centenas de estrangeiros, sobretudo aos acompanhantes: visitas à feira de Espinho, caves do vinho verde no Minho, do vinho do Porto, fábrica da Vista Alegre e Fundação de Serralves e um passeio no Rio Douro.

A competição de ciclismo terá três provas: um contra-relógio de 12 quilómetros por equipas, uma prova em linha de 30 quilómetros e um contra-relógio individual de 4,5 quilómetros.

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Poemas de Amor e Valimento**

38.

Cedo ou tarde os passos  
se encaminham  
sem cautelas e dúvidas. Sem hesitações  
seu andamento é claro e de razões  
tão sem razão  
que nem os pés (razões) as adivinham.  
Vão a direito firmes determinados  
e o corpo acompanha e o corpo  
consente mesmo sabendo que é crime.  
Mesmo que à beira dos lábios  
um verso muito doente  
quase morto  
resista ao poema infirme  
e faça de nós um outro.

39.

E contudo quando o vento  
impertinente sopra do quadrante  
onde a musa tem sua guarida  
ocorre-me de súbito lamento  
de uma eterna vida de estudante  
sem chegar a ser vida.

Nuno de Figueiredo

In «Poemas de Amor e Valimento», ed. Tartaruga, 1998

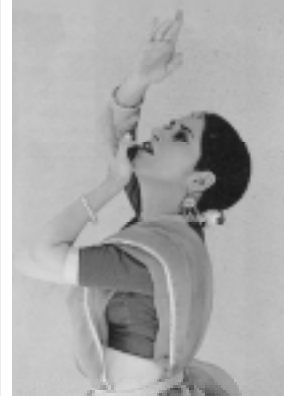
**KATHAK**

(Dança Indiana)

**Companhia de Dança Aditi Mangaldas**

7 Set. – 19h30  
8 Set. – 21h30

Pequeno Auditório  
Centro Cultural de Belém





CABO VERDE

**1.** Cabo Verde encontra-se numa encruzilhada da sua história – política, económica e social. Depois de dezasseis anos de

Governo do partido/movimento libertador (PAIGC/PAICV), seguiu-se a primeira década do sistema multipartidário com dois governos sucessivos do MPD – Movimento para a Democracia. Nas eleições de 2000, o PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, recuperou a maioria parlamentar assumindo o Governo e já em 2001, apoiou o candidato vencedor para a presidência da República, Pedro Pires.

**2.** A situação social, tendo tido melhorias, evidencia alguns factores de preocupação, sendo o desemprego e os níveis de pobreza elevados. Do ponto de vista económico, a paridade do escudo cabo verdiano com o escudo português facilita o investimento externo no turismo, na indústria, nos materiais de construção e nos serviços, mas levanta sérias

interrogações no contexto da futura articulação política, monetária e financeira com o espaço do euro. No particular quadro de ligações também importantes com a África lusófona e a África ocidental francófona.

**3.** Do ponto de vista político-institucional, o sistema, apesar obviamente de possibilidades de aperfeiçoamento, pode considerar-se um exemplo para muitos Estados, do próprio continente africano. Uma elite qualificada, eivada em boa parte de cosmopolitismo e tecnicamente bem preparada, ancorada na realidade nacional e conhecedora dos interesses populares, disputa, num sistema de bipolarização imperfeita, o controlo do sistema político. As preocupações dirigem-se, como salienta Wladimir de Brito (professor cabo-verdiano da Universidade do Minho) para o desenvolvimento de um Estado de Direito democrático e de solidariedade social.

**4.** Foi para debater todas estas preocupações que o jornal «A Semana» promoveu, em 19, 20 e 21 de Julho, na Cidade da Praia, um Fórum subordinado ao título «Onde estamos? Para onde vamos?». A situação e as perspectivas políticas, e económicas e comunicacionais foram debatidas, com a maior liberdade e aprofundadas, com o rigor e o talento de muitos dos participantes, não só de Cabo Verde mas também de outros países como Portugal, Brasil, Angola e Guiné-Bissau. No diálogo e no debate, também se constrói o futuro.

**5.** Foi com muito interesse que participámos neste Fórum e que demos o nosso contributo para o debate da actual situação e das perspectivas futuras da República de Cabo Verde. Porque nos interessam a sua evolução, as suas boas relações com Portugal e o melhor futuro para os cabo-verdianos, residentes na República de Cabo Verde ou vivendo e trabalhando na diáspora.

DIXIT

«Vasco Graça-Moura defende por vezes posições que me parecem profundamente de direita, que depois, com uma desconcertante inocência, me diz que são "socialis-democratas". Meu caro Vasco, se são socialis-democratas, então eu sou a Marisa Monte»  
**Eduardo Prado Coelho**  
*Público, 3 de Setembro*

«George W. Bush gastou 181 milhões de dólares na sua campanha eleitoral, dos quais 90 foram-lhe entregues pela indústria farmacêutica por forma a assegurar que ele fosse eleito. Deram-lhos para impedir que o Partido Democrata assumisse o poder, porque pensavam que os democratas pretendiam controlar o preço dos medicamentos»  
**John Le Carré**  
*Clarín, Buenos Aires, 3 de Setembro*

«É necessário que sejam conhecidos e debatidos publicamente os programas e os currículos do ensino secundário»  
**Helena Roseta**  
*Visão, 30 de Agosto*

«Só tenho pena que as televisões concebam os portugueses como idiotas que entre as oito e a meia-noite subalugam o cérebro por tão pouco»  
**Francisco José Viegas**  
*Diário de Notícias, 4 de Setembro*

**PORTUGAL SOCIALISTA**

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio		
6 meses	12 meses		
Valor		\$	

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

**ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

**ACÇÃO SOCIALISTA**

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio		
6 meses	12 meses		
Valor		\$	

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

**Ficha Técnica**

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**António José Seguro**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

